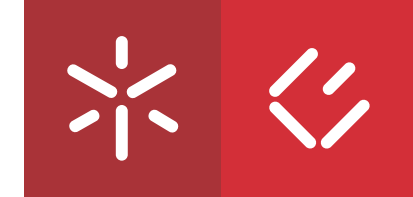


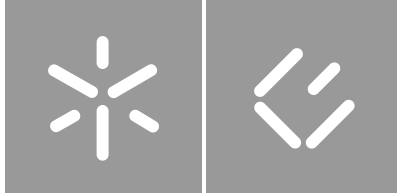


Ema Marques Coutinho

Participação Política dos Jovens Portugueses nas Eleições Europeias de 2024 - O que nos dizem as suas escolhas?

Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política





Universidade do Minho

Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Ema Marques Coutinho

**Participação Política dos Jovens
Portugueses nas Eleições Europeias de
2024 - O que nos dizem as suas escolhas?**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciência Política

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)
Professora Doutora Isabel Estrada Carvalhais

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial

CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

AGRADECIMENTOS

A todos os que me acompanharam, o meu eterno obrigada.

Foi uma jornada difícil. Desafiante.

Que tenho a certeza que não se concretizaria sem a ajuda emocional das pessoas que me são mais queridas.

Ao meu namorado, que tudo o que me deu nestes últimos meses foi amor, compreensão, paciência e apoio. Foi o meu suporte durante todo o percurso.

À minha mãe, porque esta conquista também é dela. A minha inspiração e o meu motor. Nunca descreditou em mim mesmo quando eu não acreditava.

Aos meus avós, que sempre me apoiaram com os seus jantares à sexta-feira para me alegrar e apoiar durante toda a caminhada.

Ao meu pai e à minha irmã, que foram um pilar e conseguiram que não me fosse abaixo.

Aos restantes, aos meus amigos Miguel, Inês, Mariana, Eva e Luciana, agradecer-vos de coração todas as lágrimas e todas as palavras de descrença que ouviram. Obrigada por estarem sempre à distância de uma chamada e por dizerem sempre a coisa certa na hora certa quando mais precisei, e preciso de vocês.

Por fim, mas não menos importante, à minha orientadora, Prof. Isabel Estrada Carvalhais, um especial agradecimento por me ter dado a confiança que me faltava, por ter sido extremamente compreensiva e por ter dado uma orientação tão positiva e humana. Enriqueceu o meu percurso académico.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na atuação do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/ descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeite o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

Título: Participação jovem nas Eleições Europeias de 2024 - O que nos dizem as suas escolhas?

RESUMO

A esfera política não é alheia no seu funcionamento e e na qualidade dos seus output, ao processo de construção do jovem cidadão que sendo o ‘cidadão de amanhã’, já o é hoje. É nessa esfera que se consolidam formas de ver o mundo, valores e padrões de participação que influenciam, positiva ou negativamente, a vitalidade da nossa democracia e a sua capacidade de renovação.

A presente dissertação procurou realizar uma reflexão fundamentada sobre a participação política dos jovens portugueses, tomando como pano de fundo as eleições para o Parlamento Europeu de 2024 – um ato eleitoral que, apesar da sua relevância, já que se trata da forma por excelência do cidadão europeu se fazer representar naquela que é a maior casa da democracia na Europa, é muitas vezes desvalorizado por ser incorretamente considerado menos relevante para o país.

Nesse sentido, foram exploradas várias questões de base e recolhidas opiniões de vários jovens com perfis distintos recorrendo a uma metodologia qualitativa, com o objetivo de aprimorar e aprofundar o conhecimento que temos sobre as perceções, as razões e as motivações que moldam o envolvimento – ou o afastamento - dos jovens portugueses em relação à participação política em geral, e às Eleições Europeias em particular.

Palavras-chave: Participação política; Jovens; Eleições Europeias; Democracia;

Title: Youth participation in the 2024 European Elections- what do their choices tell us?

ABSTRACT

Young people are crucial for the proper functioning of democracy. All citizens are important to democratic life.

The political sphere is not separated from the process of educating the citizen who, while belonging to the future, exists already today. It is in the political sphere that values and patterns of participation are consolidated, influencing positively or negatively the vitality of our democracy and its capacity for renewal.

This dissertation sought to carry out a reasoned reflection on the political participation of young Portuguese people, taking as a backdrop the elections for the European Parliament of 2024 – an electoral act that, despite its relevance (since it is the quinte essential way for European citizens to be represented in the largest house of democracy in Europe), is often undervalued because it is incorrectly considered less relevant to the country.

To this purpose, several questions were explored and opinions were collected among young people with distinct profiles using a qualitative methodology, with the aim of improving and deepening our knowledge about the perceptions, reasons and motivations that shape the involvement – or disengagement – of young Portuguese people regarding politics in general, and European Elections in particular.

Key-words: Political participation; Youth; European elections; Democracy

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Problemática.....	14
1.1.1. Como se comportam os jovens portugueses no que se refere às eleições europeias?	15
2. CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1. O que é a participação jovem?	16
2.2. As Novas Formas de Participação Jovem	16
2.3. Jovens: catalisadores de possíveis transformações políticas	18
2.4. Abstenção Jovem: Dados	21
2.5. Condicionantes Sociais e Individuais da Participação Eleitoral Jovem	22
2.5.1. Natureza socioeconómica e desigualdades sociais	22
2.5.2. Género e Desigualdades de Género.....	23
2.5.3. Escolaridade e Profissão	24
2.5.4. Idade.....	25
2.5.5. Experiências Anteriores à Atividade Política	27
2.5.6. Identificação Partidária	27
2.5.7. Interesse e Conhecimento Políticos.....	28
2.5.8. Aumento da Polarização dos Partidos Políticos e dos Partidos de Nicho	28
2.6 O que leva os jovens a votar nas eleições europeias?.....	32
2.6.1. Dever Cívico e Importância da Democracia	32
2.6.2. Questões Sociais e Ambientais.....	36
3. CAPÍTULO II - METODOLOGIA	38
3.1. Metodologia	38
3.2. Perfil dos Entrevistados	40
3.3. A Entrevista Semiestruturada	41
4. CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS.....	42
4.1 Análise e Tratamento de Dados	42
4.1.1. Em que se baseiam os Jovens na altura de votar? Quais foram as principais razões para os jovens votarem nas eleições europeias de 2024?.....	43
4.1.2. Quais os temas que devem ser imperativamente discutidos nas eleições europeias?	49
4.1.3. Quais são as opiniões dos jovens sobre a abstenção da sua faixa etária nas eleições europeias? O que consideram que poderia ajudar a uma maior participação?	59
4.1.4. Se as eleições fossem hoje, os votos destes jovens manter-se-iam?	64
4.1.5. Qual o conhecimento dos jovens no que toca aos nossos eurodeputados?	64
4.1.6. Qual é o partido mais votado pelos mais jovens nestas eleições europeias?	66
4.1.7. O que acham os jovens das Instituições Europeias? Qual o seu grau de confiança?.....	69

4.1.8.	Qual a importância que os mais jovens atribuem ao Parlamento Europeu?	72
5.	CONCLUSÕES	75
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
7.	ANEXO I	84

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Temas mais importantes nas eleições europeias para os entrevistados	49
Figura 2 - Opiniões dos jovens entrevistados sobre a abstenção nas Europeias	59
Figura 3 - Respostas à Pergunta “O que se pode fazer para os jovens votarem mais?”	61
Figura 4 - Perceção dos votos nos partidos políticos nas europeias através de um Histograma.....	68
Figura 5 - Perceção sobre o nível atribuído às Insituições Europeias pelos entrevistados	70
Figura 6 - Qual o grau de importância que os jovens portugueses atribuem ao Parlamento Europeu?. 73	

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Percentagem de Jovens Europeus que consideram que votar é uma obrigação moral.....	34
Tabela 2 - Percentagem de Jovens Europeus que acreditam que a democracia é importante a ponto de os motivar a votar	35
Tabela 3 - O que leva os europeus a votar nas eleições europeias?	36
Tabela 4 - Tabela referente às razões que levaram os jovens a votar nas eleições europeias de 2024	43
Tabela 5 – Correlação entre Profissão dos Entrevistados e o seu Pensamento: Área Socioeconómica	56
Tabela 6 - Correlação entre Profissão dos Entrevistados e o seu Pensamento: Áreas Sociais e Humanas	57

1. INTRODUÇÃO

Objetivo da Investigação e tipo de estudo

A presente investigação tem como objetivo compreender a participação dos jovens portugueses nas eleições europeias de 2024. A literatura sobre a participação política, tendo especificamente os jovens portugueses por objeto de estudo, ainda não é abundante, pese embora a existência de trabalhos que devem ser aqui recordados tais como os de Menezes (2013) e Ribeiro (2016). Contudo, há ainda muito a fazer no que se reporta à investigação centrada em particular no voto jovem, facto que só por si determina a relevância deste tema que a presente dissertação convoca, para mais num país marcado por uma elevada taxa de abstenção jovem nas eleições europeias, sendo estas o foco da nossa análise.

Se a classe política, ou a sociedade em geral, colocar como objetivo a diminuição da abstenção, é certamente importante que sejam bem conhecidas e compreendidas as razões que a explicam, e a partir daí, se ensaie a aplicação de práticas que permitam mudar essa realidade. É impossível resolvermos um problema se não compreendemos a sua origem, o porquê de existir, e se não avançarmos com propostas que possam atender à especificidade do fenómeno.

Repare-se que esta dissertação parte desde logo de uma premissa essencial: a de que a participação política, tendo múltiplas formas de expressão (a que também se tem chamado de formas não-convencionais), continua a ter nos direitos formais (direito ativo ou de voto, e direito passivo, ou de ser eleito) a sua mais importante expressão.

Os direitos políticos não convencionais, abarcam uma grande variedade de atividades políticas e cívicas que assistimos ou em que ativamente participamos. De facto, e como notou Deth (2001, p.2), a expansão do conceito de participação política levou ao aumento de estudos de reflexão sobre o envolvimento político dos cidadãos.

Este aumento começou a ser notório, já nos anos 2000 em atividades que vão muito além das eleições e da filiação partidária, tais como o ativismo, boicotes de consumidores, assinatura de petições, doação de dinheiro, formas essas que são agora arenas centrais de influência política.

Acrescido a isso, as formas de política não convencionais são ferramentas essenciais para os cidadãos expressarem o seu descontentamento nas democracias contemporâneas (Memoli, 2016).

Ainda assim, o voto continua a ser o instrumento mais utilizado e unânime entre os cidadãos. É acessível a todos e é a forma mais clara que, segundo Verba e Nie (1972), os cidadãos têm para influenciar a direção do governo de uma democracia.

Como iremos verificar ao longo deste estudo, essencialmente nas conclusões apresentadas, tanto a participação convencional – o voto – como a participação não convencional – participações que não determinam diretamente o poder político, mas que podem ter grande influência sobre o curso da ação política – efetuam um exercício de simbiose e são ambas fulcrais para o bom funcionamento da nossa democracia. Dito de outro modo, a democracia não pode existir sem o reconhecimento dos direitos políticos que permitem aos cidadãos participar de forma diversa na tomada de decisões públicas.

Partindo desta base inicial, importa agora frisar que no toca à abstenção, esta não tem de ser necessariamente algo negativo para os direitos políticos em sentido lato. Porém, tem uma inegável dimensão questionável para os direitos políticos tradicionais, já que a abstenção corresponde ao não exercício de um direito fundamental. Dito de outro modo, quando um cidadão tem a possibilidade de usufruto de um direito que lhe permite ser parte do processo de decisão política, e prescinde dessa mesma possibilidade, é natural que se queira compreender o que o leva a tomar essa decisão.

Também é relevante frisar que a abstenção oferece diferentes resultados consoante o tipo de eleições. Logo, é preciso procurar diferentes explicações para as taxas de abstenção verificadas em eleições legislativas, autárquicas, presidenciais e europeias. Veja-se um exemplo breve: nas eleições legislativas, a possibilidade de voto em mobilidade, especialmente se o ato eleitoral ocorrer num período em que a esmagadora maioria dos portugueses se encontra em férias, pode diminuir as dificuldades logísticas que muitos invocam como razão para não terem votado anteriormente, ou seja, enfraquece esse argumento e até pode levar a uma diminuição da abstenção.

A primeira vez que o voto em mobilidade foi permitido numa eleições legislativas foi em 2022. Nesse ato eleitoral a taxa de abstenção ficou-se por 48.58%. Nas legislativas anteriores, em 2019, sem voto em mobilidade, a taxa de abstenção prendeu-se em 51.43%. Em 2015, a taxa de abstenção foi mais baixa ficando-se pelos 44.14%. Ainda assim, nos atos eleitorais seguintes ao início do voto em mobilidade, em 2024 por exemplo, a taxa de abstenção foi surpreendentemente menor (40.16%), não se podendo descurar o efeito benéfico deste instrumento que é o voto em mobilidade. No presente ano, 2025, a taxa de abstenção ficou-se pelos 41.77%.

Embora em 2015 a taxa de abstenção tenha sido mais baixa do que, por exemplo, em 2022 com o voto em mobilidade já em vigor, é de notar que desde a sua implementação a taxa de abstenção tem sido visivelmente menor face aos anos anteriores. Ainda que não consigamos confirmar o real uso deste instrumento e o possível nexos com os resultados da abstenção, a verdade é que tem sido no mínimo uma pequena mais-valia para facilitar as logísticas muitas vezes invocadas como impedimentos para o exercício de voto. Ora, o voto em mobilidade também é permitido nas eleições europeias, e contudo nem por isso tem tido impactos na diminuição das taxas de abstenção, logo, haverá certamente outros factores explicativos muito para lá dos logísticos.⁴

Mas este não pretende ser um trabalho apenas centrado na análise da abstenção dos jovens nas eleições europeias. Pretende antes compreender: **como se comportam os jovens portugueses no que se refere às eleições europeias?** Por outras palavras, os jovens votam em quem? Porque votam? Que soluções antecipam com o seu voto? O que os motiva a (não) votar nas eleições europeias? Na sua opinião, o que poderia ajudar a colmatar a problemática da sua abstenção?

Os motivos para votar nas eleições europeias ou nas eleições legislativas são certamente distintas por se tratarem de eleições diferentes que ativam diferentes elementos do contexto integrado em que as pessoas vivem (pensemos por exemplo na velha questão sobre a maior distância emocional em relação à ideia de Europa e do desconhecimento ainda prevalecente sobre os impactos da União Europeia e das suas políticas na nossa vida quotidiana, em contraste com o maior envolvimento que a política nacional nos merece).

Seja qual for o contexto eleitoral, há contudo uma marca comum na nossa política: embora importante, a opinião dos jovens tende a ser amplamente desvalorizada. Em Portugal, a literatura, como já referido, pouco fala sobre os comportamentos dos jovens em termos de voto nas eleições europeias. Não são devidamente compreendidas as suas condicionantes (ou seja, o que os leva a votar, o porquê e em que espectro político), nem as suas principais preocupações em relação à União Europeia, às suas políticas, estratégias e agendas para o futuro. É neste cenário que este estudo pretende contribuir, ainda que modestamente, para colmatar uma série de lacunas presentes na nossa literatura e ajudar a

⁴ Nas eleições de 2024 participou 36.47% (63.5% abstenção).
Nas eleições de 2019 participou 30.75% (69.3% abstenção).
Nas eleições de 2014 participou 33.67% (66.2% abstenção).
Nas eleições de 2009 participou 36.77% (63.2% abstenção).
Nas eleições de 2004 participou 38.60% (61.3% abstenção).
Nas eleições de 1999 participou 39.93% (60.0% abstenção).
Nas eleições de 1994 participou 35.54% (64.5% abstenção).
Nas eleições de 1989 participou 51.10% (48.8% abstenção).
Nas eleições de 1987 participou 72.42% (27.8% abstenção).

Dados disponíveis em [PorData Portugal: Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro](#) | [PorData](#)

compreender melhor o posicionamento dos jovens portugueses no que toca à UE e ao seu valor nas suas vidas.

Em última instância, e a partir dos dados obtidos, talvez possamos identificar pistas sobre a visão que os jovens têm sobre a própria Europa, a ideia de um projeto europeu comum e o papel que, enquanto cidadãos, consideram que podem/devem ou não podem/não querem ter.

Assim sendo, no Capítulo I irá ser exposta a revisão da literatura, começando com uma breve definição sobre o que é a participação jovem, as novas formas de participação jovem e, ainda, como é que os jovens se podem tornar catalisadores de possíveis viragens políticas; ou seja, de que forma é que as ‘modas’ e as inclinações jovens podem criar uma viragem política num país.

De seguida, estão apresentadas as condições sociais e individuais da participação eleitoral jovem (natureza socioeconómica, desigualdades sociais, género e desigualdades de género, entre outras também descritas), de forma a compreender melhor o que pode efetivamente moldar um voto jovem nas eleições europeias e que vivências podem afetar o seu posicionamento político e porquê. Ainda no capítulo I, procurar-se-á perceber o que motiva os jovens a votar nas eleições europeias. Este subtópico tem em vista compreender um pouco melhor o que é realmente importante para os jovens na altura do voto.

As perguntas complexas que tentaremos abordar, levar-nos-ão a um trabalho de campo junto de jovens e que será posteriormente detalhado no capítulo dois desta dissertação. Aqui, descrevemos a metodologia utilizada, o perfil dos entrevistados escolhidos, a caracterização detalhada do que é uma entrevista semiestruturada e ainda os principais entraves encontrados ao elaborar a metodologia do estudo.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresentamos os dados tratados e faremos a sua análise. Aqui, e tendo como guião as perguntas efetuadas nas entrevistas semiestruturadas, é expectável retirar algumas conclusões e extrair algumas respostas para as questões colocadas inicialmente.

Uma vez terminada a investigação, é apresentada a conclusão, fechando-se o trabalho com a indicação de todas as referências bibliográficas que deram suporte a este estudo, bem como os anexos com material relevante.

1.1. Problemática

Como forma de procurar construir um roteiro de investigação que de algum modo traga luz à questão **“como se comportam os jovens portugueses no que se refere às eleições europeias?”** foram formuladas as seguintes perguntas iniciais:

- Houve, ou não, uma maior mobilização eleitoral dos jovens nas eleições europeias de 2024 em relação a eleições europeias anteriores?
- Houve, ou não, uma diminuição da taxa de abstenção entre os jovens nessas eleições por comparação com anteriores eleições europeias para as mesmas faixas etárias? (Sendo certo que não se estarão a comparar necessariamente os mesmos jovens, pois há os que apenas em 2024 atingiram a maioridade que lhes permitiu votar nas Europeias).
- No caso de se ter verificado uma diminuição da taxa de abstenção entre os jovens (entre os 18 e os 30 anos) nestas eleições europeias, que papel poderá ter tido a existência de um leque mais alargado de partidos a concorrer, logo, de opções de voto?
- Será que a existência de um maior leque de partidos políticos é por si um factor que promove uma maior adesão às urnas, mitigando alguma abstenção subjacente a uma anterior percepção de falta de alternativas partidárias?

No caso de termos dados (ainda que limitados) indicando que a maioria dos jovens votou em partidos recentes, e de nicho, abriremos uma caixa de Pandora relativa à ideia de que os partidos de *‘mainstream’* possuem pouca relevância para o público mais jovem neste tipo de eleição.

Não estou certa nesta fase de que o trabalho de campo seja capaz de responder a todas estas questões, mas julgo importante pelo menos ilustrar a quantidade de questões que se podem levantar e que justificam plenamente a pertinência desta investigação.

Atendendo aos limites temporais a que a própria elaboração deste trabalho obriga, é sensato todavia baixar as expectativas sobre aquilo que realmente é possível abordar, e isso implica não ir muito além da questão-base já exposta e que aqui se recorda:

1.1.1. Como se comportam os jovens portugueses no que se refere às eleições europeias?

De acordo com o guião elaborado para as entrevistas semiestruturadas e respeitando as mesmas, interessa-nos em particular perceber algumas questões:

1. Quais são as principais razões para os jovens votarem nas eleições europeias? (e, em concreto, quais foram elas nas eleições europeias de 2024?)
2. Quais são os temas que, na opinião dos entrevistados, são imperativos e devem ser sempre abordados pelos candidatos nos debates e nas campanhas das eleições europeias?
3. Qual a opinião dos jovens sobre a abstenção jovem e o que é que, no seu ponto de vista, poderia levar os jovens a interessarem-se mais pelas eleições e, posteriormente, a votar?
4. Em que partido, ou tipo de partido, votam mais os jovens portugueses?
5. Qual a confiança dos jovens nas Instituições Europeias e que importância atribuem ao Parlamento Europeu?

Estas questões são a base para melhor compreender as atitudes e comportamentos dos jovens ante as eleições europeias. E ainda que o presente trabalho não permita a partir dos seus dados respostas muito profundas, acreditamos que serão pontos de partida reveladores sobre o que é afinal o voto dos jovens portugueses nas eleições europeias.

Todos estes pontos implicarão um trabalho de campo com recurso a dados obtidos diretamente junto de jovens, como já aqui anunciado. Mais detalhes sobre a construção do grupo de entrevistados serão explicitados no Capítulo II dedicado às questões metodológicas.

2. CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA

2.1. O que é a participação jovem?

Sullivan e Transue (1999) argumentam que as democracias não são apenas regimes políticos: também são sustentadas pela participação cívica e pela aceitação da diversidade. Dito de outro modo, reconhece-se que a democracia é um regime frágil, que depende fortemente do envolvimento ativo dos cidadãos, não sendo afinal o voto em eleições e referendos o suficiente para a sua sustentação.

Mecanismos como participar em atividades sociais, protestos e manifestações, são essenciais para a saúde e a estabilidade da democracia. Robert Putnam (2000) vai mais longe e acrescenta que a participação cívica jovem é essencial para o fortalecimento das instituições públicas. Também a *European Youth Forum* (2010), no seu relatório anual, identifica que a juventude e a participação jovem como parceiros ativos importantíssimos na “consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”.

2.2. As Novas Formas de Participação Jovem

Segundo um estudo de Magalhães e Sans Moral (2008), os jovens, contrariando um pouco as acusações de apatia e falta de interesse e participação que lhes vão sendo feitas, demonstram baixos níveis de participação e de envolvimento, contudo, estes são mais elevados quando comparados com os níveis dos mais velhos adultos. O que acontece, é que os jovens não estão satisfeitos com as formas tradicionais de participação política procurando sucessivamente formas novas e mais dinâmicas, que correspondam aos novos modos de vida atuais, como é o exemplo da internet que permite rapidamente participar em petições on-line, criar blogues e participar ou acompanhar a produção de ‘*thinktanks*’ em qualquer parte do mundo. Pais (2005) contesta que a juventude europeia está insatisfeita com as formas tradicionais de participação política e descontentes com a falta de proximidade e personalização das formas de cidadania executadas pelas gerações anteriores. Pippa Norris (2004) salienta por seu turno que os jovens se sentem distantes dos partidos políticos e das filiações partidárias, optando, por conseguinte, por outras formas mais flexíveis de participação política, pouco ou nada relacionadas com a democracia representativa. Este fenómeno é facilmente descrito como fruto do aumento de uma sensação

generalizada de alienação e de desconfiança em relação às nossas instituições democráticas, o que leva a que os novos métodos de participação se revelem mais autônomos e independentes de qualquer entidade pública e /ou relacionada com a democracia representativa. Jurs e Samusevica (2016, 586-587) relaciona a participação jovem com a participação cívica dos jovens, onde estes assumem formas de participação não-convencional e acabam por conseguir “oferecer às pessoas oportunidades para atualizarem e satisfazerem as necessidades sociais dos jovens, a sua auto-realização e a melhoria da qualidade de vida, o que acaba por constituir um pré-requisito para o desenvolvimento de atitudes cívicas”.

Os jovens são em simultâneo os que mais provavelmente se desfiliam ou se desprendem das instituições políticas, e os que mais facilmente concebem noções idealistas sobre o que deveria ser a participação democrática. Em resultado, revelam-se extremamente mais ambiciosos no que toca aos termos do que deveria ser a política e do grau de envolvimento que deveria existir (Giugni and Grasso, 2021, p.1). A somar a isso, pode acontecer que os jovens à medida que se vão envolvendo política ou civicamente e nas diferentes formas de participação política, sobretudo quando chegam à vida adulta, comecem a aperceber-se que muitos dos problemas politizados (como é o caso da baixa de impostos ou da aquisição da primeira casa) poderiam afinal ser resolvidos com soluções alternativas àquelas que estão a ser implementadas pelos Governos e Instituições Políticas. Em consequência, entendem que os métodos em curso não respondem às suas necessidades imediatas e não são eficazes na realização de mudanças sociais, alimentando a ideia de que as instituições não são dignas da sua confiança.

Todas estas razões e certamente outras aqui não identificadas, acabam por concorrer no sentido de levar os jovens a criar novas formas de participar ativamente na vida política.

Estas novas formas de participação podem ser apresentadas sob forma interativa como ‘*tweets*’ na Rede X, protestos e manifestações mais ou menos espontâneas e orgânicas (e.g. dinamizadas através de *whatsapp*) sobre questões sociais politizadas (direito à habitação), petições (para causar algum tipo de pressão política para a adoção de uma ação ou decisão específica por parte do poder político), participação em ‘*thinktanks*’ e *blogues* com a expressão de opiniões sobre determinados assuntos igualmente politizados (ambiente, direitos dos animais, identidades e género), entre outros.

Hoje, existem outras formas pelas quais os jovens portugueses participam, tais como: “Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social, cívica ou política”; “Fazer voluntariado”; “Boicotar ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente”; “Assinar uma petição”; “Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet”; “Publicar, comentar ou

partilhar conteúdos sobre questões políticas ou sociais em websites ou redes sociais” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2022). Num estudo sobre jovens portugueses, Sagnier e Morell concluíram que “entre os jovens, o mais habitual é não terem por costume participar em nenhuma ação social ou política (35%) ou participarem numa única ação por ano (29%)” (2021: 296).

Em todo o caso, as novas formas de participação que se vão instaurando entre os jovens, indiciam não apenas que mudanças geracionais provocam mudanças nos tipos de participação (onde o voto já não é o único motor de participação nem é visto como algo singular), mas também que os seus comportamentos de participação (independentemente da intensidade da sua ocorrência) pronunciam uma possível transformação político-comportamental da nossa sociedade que pode ocorrer a curto ou médio prazo.

2.3. Jovens: catalisadores de possíveis transformações políticas

Compreender o comportamento político dos jovens é uma chave para conhecer o nosso futuro. Ao longo das últimas décadas, Grasso tratou desta questão abordando vários outros autores que se debruçaram sobre o tema.

Para Rogers (1983), os “inovadores” constituem o grupo pioneiro na difusão de novas ideias, comportamentos ou produtos, possuindo uma elevada abertura ao risco e uma diferente predisposição em experimentar o novo.

Estas características podem ser fortemente associadas aos jovens que funcionam geralmente como “inovadores” ou “pioneiros” na difusão de novas ideias, comportamentos ou produtos. Ora, como os jovens consideram os atuais modelos de participação política e os próprios princípios e processos de resolução política algo ‘*outdated*’, isto é, fora de moda, sem qualquer tipo de transposição para a sua realidade atual, veem-se instados e compelidos a criar novas tendências e novas formas de atuação conforme os seus gostos e necessidades. Aos poucos, começa a existir uma adesão em massa por parte do mesmo nicho a estas modas. Como resultado, e fruto da universalização da comunicação, os comentários passam boca a boca, dos mais novos para os mais velhos, tornando o que se pensava ser um modelo recente e inclinado para os mais jovens, em algo universal e transversal a todas as faixas etárias com todo o tipo de uso. Existem três razões para esperarmos que esta hipótese se confirme.

A primeira razão prende-se com a ideia da “*trickle-up political socialization*”, estudada nas obras de Dahlgaard (2018).

Quando os jovens descobrem um determinado partido, e sentem que se identificam com ele – principalmente quando o partido é um partido vencedor - há uma tendência para quererem partilhar os ideais (inovadores, na sua perspetiva) desse partido, com o círculo de pessoas que os rodeiam, no sentido de ganhar algum tipo de aprovação ou de concordância com o que é defendido, através de interações pessoais diretas. Embora isto possa acontecer em qualquer lugar, o mais provável é que tal ocorra no seio familiar, aumentando, em muitos casos, a probabilidade dos pais votarem e, mais concretamente, no seu partido (Dahlgaard, 2018). Muitos jovens ainda vivem com os pais na(s) primeira(s) vez(es) que votam numa eleição e frequentemente partilham as suas tendências partidárias em família (Hooghe e Stiers, 2020). Ainda que, como defende Jennings and Niemi (1968), esta troca de ideias políticas ocorra principalmente dos pais para os filhos de uma forma unidirecional, mais estudos vieram comprovar que, pelo menos nos últimos anos, os jovens conseguem alterar os comportamentos, as opiniões e as atitudes políticas dos pais e dos restantes membros familiares (Dahlgaard, 2018).

O segundo motivo pelo qual os jovens conseguem influenciar os eleitores mais velhos e, assim, provocar uma mudança social e eleitoral, reside na sua capacidade de criar impulsos reputacionais para os partidos políticos. Aliás, se um partido político estiver rodeado de jovens e conseguir ser “famoso” entre as camadas mais jovens, principalmente com o auxílio das redes sociais, acaba por criar uma imagem fresca, energética, promissora e orientada para o futuro. Os jovens, ao ajudar na construção dessa imagem, acabam por tornar o partido mais apelativo, mais cobiçado (inclusive pelos meios de comunicação social cujo interesse em investigar o fenómeno pode aumentar) e mais relevante no espectro político.

Com a difusão das ideias partidárias (que tende a ocorrer mais rapidamente junto de públicos mais jovens até pela facilidade que demonstram no uso de ferramentas de comunicação digital) acrescenta-se o provável aumento de eleitores e/ou militantes; o aumento da probabilidade de se ser eleito, e a probabilidade de num segundo ato eleitoral obter uma boa percentagem de votos entre outras faixas etárias.

Este encaixe deste partido no espectro político e o seu crescimento, reflete-se, a título de exemplo, na ida frequente de membros partidários aos Órgãos de Comunicação Social (OCS) para efeitos de debate ou entrevistas.

Em terceiro e último lugar, temos o processo de “substituição geracional”. No fundo, os mais jovens, ao aperceberem-se que o partido em que votam se está a tornar num ‘*winning party*’ são muito mais suscetíveis de permanecer leais a esse mesmo partido para o resto da sua atividade política. Desta forma, o voto da primeira eleição permanecerá certamente o mesmo voto que na segunda eleição, criando uma estabilidade nas preferências ao longo do tempo.

Existem diversos paradigmas com a sua própria visão de como são as relações entre os mais novos e os mais velhos no que toca à forma e ao modelo da sociedade em que vivemos e aquele que ambos gostariam de viver. Ainda que todos sejam válidos, o terceiro e último paradigma corresponde à visão dos mais recentes estudos sobre o choque de visões entre ambas as faixas etárias. Este paradigma coloca os mais jovens como “vanguardas da mudança”. De acordo com modelo existe uma relação harmoniosa entre os mais novos e os mais velhos. Os mais jovens são vistos como pioneiros, inovadores e cheios de vontade de desenvolvimento enquanto que os mais velhos são vistos como curiosos com estas mudanças juvenis e seguidores potenciais destas novas tendências iniciadas pelos mais jovens.

Juntando este tópico com o ponto anterior, já é claro na literatura que as formas não convencionais de participação política já não são restritas aos mais jovens, e já estão a começar a ser populares entre os mais velhos. Na era da modernidade líquida (Bauman, 2000) as formas tradicionais de participação política, como por exemplo o voto e a militância política, tornaram-se menos eficazes para muitas pessoas, inclusive para as gerações mais velhas. Simultaneamente, as novas formas de engajamento, mais desconectadas do que as tradicionais, como a participação em protestos e manifestações online, estão a atrair pessoas de todas as idades, à medida que o desapontamento com os tradicionais se amplia.

Dentro da mesma linha de pensamento, Inglehart e Welzel (2005) confirmam que as formas de participação política não convencionais estão cada vez mais acessíveis a diferentes gerações, como as mais velhas, devido à expansão destes novos instrumentos mas, ainda assim, o interesse prevalece ainda nos mais jovens. Ainda que, como se tem confirmado, os jovens sejam tanto um motor importantíssimo para a compreensão de possíveis viragens políticas; como um mecanismo crucial para a propagação de novas formas de participação política, não invalida o facto de que existe igualmente abstenção jovem. A abstenção jovem, ainda que seja maior comparativamente a outras faixas etárias, ainda é problemática e é motivo de estudo em Portugal.

2.4. Abstenção Jovem: Dados

Desde cedo que a acentuada taxa de abstenção para o Parlamento Europeu se tornou um problema em Portugal. Em 2019 atingimos um máximo de abstenção com 69,3%, comparado aos mínimos de 1987 com 27,8% de abstenção. Em 2024, ainda que tenhamos melhorado a nossa taxa de participação, a taxa de abstenção ainda foi bastante elevada mantendo-se ainda na casa dos 60%-63,5%.⁶

Ainda que crucial para completar certas lacunas neste estudo, não existem dados sobre a taxa de abstenção jovem em cada ato eleitoral para o Parlamento Europeu. Apenas foi possível verificar que em 2019, somente 9,7% dos jovens compreendidos entre as idades 18-24 anos votaram na eleição, uma diferença de 31,8% para a respetiva média europeia (41,5%). Por sua vez, o grupo etário dos 25 aos 34 anos apresentou-se mais participativo com uma taxa de participação de 33,4%, ficando assim a 13,5 pontos da média europeia (46,9%).⁷

Nas eleições de 2019, o aumento da participação foi impulsionado pela ‘geração mais jovem, com grandes aumentos entre os jovens com menos de 25 anos (+14 pontos percentuais) e entre as pessoas com idades entre os 25 e os 39 anos (+12)’ (Eurobarómetro Especial 91.5 Parlamento Europeu).⁸

De acordo com os dados oficiais das eleições europeias de 2019, os valores de voto presentes nesta amostra demonstram-se inflacionados, dado que em 2019, somente 43,1% dos jovens portugueses com idades entre os 18 e 34 anos materializaram o seu voto (Sá, 2021). Todavia, a problemática persiste. E este pequeno dado, assim como as projeções pré-eleitorais que indicam a falta de participação jovem, confirmam a importância do desenvolvimento destes estudos para colmatar a lacuna.

Utilizando os dados que se encontram ao nosso dispor, algumas projeções pré-eleitorais acerca da participação jovem nas eleições europeias dos anos 2019 e 2024 ajudam-nos a concluir que é preciso incrementar a vontade de participação convencional junto dos mais jovens.

Um inquérito desenvolvido pelo Eurobarómetro da Comissão Europeia em 2024 analisou as intenções de voto dos jovens em vários países da Europa e indicou que nas eleições europeias de 2024 quase 80% dos inquiridos portugueses entre as idades 18-30 expressaram intenção em votar nas eleições

⁶ Dados PorData: Portugal: Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro | Pordata

⁷ Review of European and National Elections, 2019.

⁸ European Parliament, Eurobarometer 91.5: Post-election survey 2019 — Executive summary, 2019.

européias. Somado a isso, 5% dos inquiridos portugueses admitiram não ir votar apesar de estar elegíveis para efeitos eleitorais (Eurobarómetro, 2024).¹⁰ Tais dados contrastam por completo com os de 2019 quando apenas 46% dos jovens entre os 15 e os 39 anos afirmava ponderar ir votar.

Ainda que sem dados concretos, foi possível contudo denotar uma subida pelo menos nas intenções de voto por parte dos jovens comparado às eleições anteriores. Esta possível subida deve-se a vários fatores sociais: a natureza socioeconómica e as desigualdades sociais; o género e desigualdades de género; escolaridade e profissão; idade; experiências anteriores à atividade política; identificação partidária; interesse e conhecimento políticos e; aumento da polarização dos partidos políticos e dos partidos de nicho. Ora, na análise desses possíveis fatores, importa não esquecer a heterogeneidade dos próprios jovens.

2.5. Condicionantes Sociais e Individuais da Participação Eleitoral Jovem

2.5.1. Natureza socioeconómica e desigualdades sociais

Mesmo que os jovens não votem de modo homogéneo, nem entendam a relevância do voto da mesma forma, há tendencialmente entre eles uma ampla compreensão sobre a importância da União Europeia nas suas vidas, assim como sobre o impacto das políticas europeias na política nacional.

No caso da realidade portuguesa, a diversidade de fatores paralelamente aos tipos de participação juvenil já começou a ser motivo de estudo. Um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos concluiu que há uma relação curvilínea entre a idade e a participação eleitoral, e que “os jovens portugueses participaram menos que os seus congéneres europeus” Costa, P., Magalhães, P., Costa, E., Menezes, I., Silva, P., e Ferreira, P. (2022), mas não acontece o mesmo em outros tipos de participação, como manifestações, protestos ou petições.

As diferentes realidades de cada jovem, seja a nível educacional, económico, político ou social, impactam sobre a sua percepção quanto ao meio político, assim como alteram o seu envolvimento democrático. Assim, naturalmente que os diferentes contextos de cada um, leva, obrigatoriamente, a

¹⁰ European Commission 2024

oportunidades e estruturas de oportunidade distintas, no que concerne a participação política e a cultura cívica.

Entre todos os grupos etários, a participação política e o engajamento político entre os jovens serão fortemente influenciados por desigualdades sociais em termos de recursos e histórico, particularmente no que diz respeito ao histórico de classe social (Grasso e Giugni, 2021).

O nível de rendimento é um dos indicadores mais utilizados para medir o impacto do estatuto socioeconómico na participação. No caso da participação eleitoral, Smets e Van Ham (2013) relatam que o rendimento tem um efeito positivo na participação, já que pessoas de classes sociais mais altas apresentam taxas de participação sistematicamente superiores. Schlozman et al. (2012) salienta que isto não se aplica apenas à política eleitoral, mas também à política de protesto e ao envolvimento cívico, já que pessoas de baixo rendimento são menos ativas do que as de rendimento elevado.

Naturalmente, alguém que provenha de um meio mais pobre, com menos recursos, segundo Grasso (2018), tem menos probabilidades de se tornar num indivíduo mais envolvido socialmente e é menos provável que adquira atitudes e posições mais positivas no que diz respeito à política. Consequentemente, aqueles que mais precisam de uma voz política para corrigir os desequilíbrios de poder atuais nas sociedades democráticas, são ainda mais silenciados (Grasso, 2018).

As desigualdades baseadas em grupos também se revelam muito relevantes, como se pode comprovar em diversos estudos de Schlozman et al. (2005). Isto pode verificar-se no caso da raça, etnia, género, cidadania, minorias religiosas, etc. A participação desigual de diferentes grupos é um fenómeno bem conhecido que pode resultar de conhecimento político, competências linguísticas, fatores pessoais ou desvantagens sociais (Macedo, 2005).

2.5.2. Género e Desigualdades de Género

O género e as diferenças de género, também se demonstraram ser peças-chave para moldar a visão da política nos jovens. As raparigas têm mais propensão em definir a política de forma mais restrita, aliás, ‘dedicam muito pouco tempo a esses temas’, o que resulta no facto de não reconhecerem os seus interesses como “políticos”, mesmo quando, na verdade, o são por ‘haver uma grande variedade de questões políticas que moldam as suas vidas e comunidades’ (Taft, 2011: 93).

As lacunas de género na participação política, especialmente nas formas menos institucionais de protesto confrontacional, são pequenas ou inexistentes: jovens mulheres são, na verdade, mais ativas em relação aos jovens homens em atividades como petições, boicotes e trabalho voluntário na comunidade. Os jovens homens são mais ativos em comparação com as jovens mulheres no que diz respeito às formas mais institucionais de participação vinculadas a organizações e partidos, à participação política online, e a medidas mais amplas de engajamento político, como eficácia política e consumo de notícias políticas. Enquanto que as mulheres, por sua vez, são mais ativas que os homens em ações como boicotes para fins políticos, petições e voluntariados. Esses padrões sugerem que as desigualdades políticas entre homens e mulheres podem estar a diminuir no futuro (Grasso e Smith, 2021).

Em Portugal, o facto de os temas do aborto, da violência doméstica, e das desigualdades salariais, serem recorrentes em notícias e no dia-a-dia de muitas mulheres, incrementa a sensibilidade feminina para estas temáticas. Ora a revolta, ora a vontade de mudança para uma sociedade mais justa, levam as mulheres a aumentar a sua participação, tanto num prisma convencional, como também não convencional.

2.5.3. Escolaridade e Profissão

Num outro campo, o tipo de trabalho e escolaridade assumem igualmente um fator importante para compreendermos o tipo de participação (e o porquê de ser a escolhida) dos jovens.

Para Maria José Brites (2015) a educação, nomeadamente a educação para a cidadania, inclusive em contexto escolar, é entendida como um dos mais importantes meios de preparação dos estudantes para o seu envolvimento numa sociedade democrática. Milner (2002) afirma que níveis mais altos de educação geralmente estão associados a níveis mais elevados de participação política, pois indivíduos mais educados tendem a ter uma maior compreensão dos sistemas políticos e são mais propensos a participar em atividades políticas. A ausência de educação cívica adequada e o incentivo à reflexão podem deixar os jovens sem as habilidades e conhecimentos necessários para participar ativamente na arena política e moldar o futuro do país. E são os próprios jovens em Portugal que questionam por que a escola não promove a participação, 'a construção de valores democráticos' e o debate político (Brites, 2011: 318).

Aliado a isso, os incentivos das escolas parecem ser, aos olhos dos investigadores, uma peça-chave para criar nos jovens a vontade de se expressarem sobre a necessidade de mais espaços e oportunidades para aprender sobre política e participar ativamente na construção do processo político. A socialização política parece estar, de facto, relacionada com trajetórias e padrões de participação política (Grasso, Farrallb, Grayb, Hay, Colin, & Jennings, 2018 in Silva, M., Fernandes-Jesus., Loff, M., Nata, G., & Menezes I. (2022)). Portanto, é crucial reconhecer o papel significativo de várias fontes de socialização política e valorizar espaços de debate e contestação política no ambiente escolar (Brites, 2015, p. 200).

Consequente à escolaridade, surge o passo seguinte: a profissão. Para Rosenstone e Hansen (1993) pessoas de alta sociedade têm uma maior probabilidade em aumentar a sua participação política, pois tendem a sentir que têm um interesse no sistema político, enquanto que os cidadãos com 'baixo grau de instrução escolar enfrentam maiores custos de informações e de decisão quando se confrontam com ir votar' (Rosentone e Hansen, 1993). Dentro da mesma linha de pensamento, as pessoas com um emprego mais estável têm maior probabilidade de desenvolver um senso mais forte de eficácia política e, assim, participar mais ativamente na política, pois percebem que a sua situação de emprego está interligada com as estruturas políticas.

Para os mais jovens, a mobilidade residencial é também um fator importante, já que conduz a uma menor participação devido ao menor vínculo à comunidade de residência, ao contrário dos proprietários de habitação (Smets e Van Ham, 2013).

2.5.4. Idade

De seguida, temos o fator idade. A idade de um jovem – que vai oscilando entre 15-18 anos até aos 30-35 anos, dependendo do estudo em questão- determina a sua participação (ou não) e o tipo de participação. Embora se crê que nos mais jovens, especialmente os sejam politicamente apáticos, a sua participação existe e é obrigatoriamente propensa a crescer à medida que amadurecem e enfrentam responsabilidades sociais e económicas, como o emprego e a família.

Em suma, um jovem de 18/19 anos, estudante, votante de apenas uma eleição, não tem tanta perceção quanto um jovem de 28 anos, trabalhador, que desconta para a Segurança Social, paga as próprias contas ao fim do mês entre outras responsabilidades diárias associadas à vida adulta. Surge aí, a tese que os votos jovens apresentam duas fases.

Na primeira fase o voto é comumente mais ideológico, ligado a causas, ideologias políticas, percepções mais irreais da realidade. Num segundo momento, o voto muda para uma caracterização mais técnica, ligado ao nosso dia-a-dia e ao estilo de vida que levamos, assim como às oportunidades que nos vão sendo atribuídas.

O jornal Público apresentou um estudo português intitulado *50 anos de Democracia em Portugal: Aspirações e Práticas Democráticas- Mudanças e Continuidades Intergeracionais* elaborado pelos Professores Manuel Meirinho, Conceição Teixeira e Pedro Fonseca do ISCSP/CAPP em 2024 que contribui para este tema argumentando

(...) os mais jovens (entre os 18 e os 24 anos) são mais céticos em relação à eficácia do voto do que os da faixa etária entre os 25 e os 34. A percepção da eficácia do voto é mais baixa entre os «mais jovens» (dos 18 aos 24 anos), 57%, do que entre os «jovens» (dos 25 aos 34), 67%. (Meirinho, Pequito e Fonseca, 2024 in Durães, M. (2024)).

Facilmente chegamos à conclusão de que os mais jovens, dentro da própria faixa etária, são os mais propícios a manifestarem-se politicamente através de outro tipo de participação política, elevando as suas opiniões na esfera pública. Como assinala Pequito Teixeira e Santos (Público, 2024¹²):

É importante reconciliar, de uma vez por todas, os partidos políticos com os mais jovens, ou arriscamo-nos a ter jovens nas ruas e afastados das urnas, o sítio onde elegemos os nossos representantes e os responsabilizamos.

¹² Três quartos dos jovens portugueses têm uma visão polarizada da política | 50 anos do 25 de Abril | PÚBLICO

2.5.5. Experiências Anteriores à Atividade Política

Como é de esperar, a adolescência e a transição para a vida adulta são provavelmente um período crítico para investigar quais os fatores que afetam o comportamento de voto e os padrões de voto de um indivíduo.

Naturalmente, todos os fatores psicológicos associados à vontade individual de votar, moldados pelo seio familiar, pela escolaridade e pelas experiências na vida adulta condicionam o comportamento de voto de cada um de nós. Todas estas características relativas ao '*background*' do jovem aumentam, ou diminuem, a sua probabilidade de votar numa eleição. Os modelos psicossociais têm-se focado recentemente nos efeitos de enviesamentos cognitivos, emoções e formação de preferências. Já os modelos económicos de escolha e democracia baseiam-se em fundamentos económicos e deixam a escolha do candidato pelo eleitor como uma regra de decisão assente na seleção da opção que oferece maiores benefícios de utilidade (Downs, 1957). No entanto, os modelos económicos de participação não são suficientes para explicar o comportamento de voto, sobretudo quando se trata de conciliar a importância do resultado da eleição com a probabilidade de um voto ser decisivo (Downs, 1957), acabando por falhar na explicação isolada de um comportamento de voto. Ou seja, o que leva os cidadãos a dirigir-se às urnas não se pode cingir a fatores decorrentes da situação socioeconómica do país, ou da situação do próprio indivíduo; as dissonâncias psicológicas aliadas à importância da democracia para o indivíduo, o contexto da eleição e a pressão social também são fatores-base a considerar.

2.5.6. Identificação Partidária

A identificação partidária também se revelou um preditor consistente da participação política, ao contrário do que se pensava (Bartels, 2000). A participação política precoce (especialmente no voto) é igualmente importante para prever a participação futura, já que pode reforçar-se a si própria, ao aumentar atitudes positivas e reduzir barreiras de informação (Smets e Van Ham, 2013).

Em adição, a identificação partidária não se cinge aos partidos políticos. O carisma e a popularidade de um político singular conseguem igualmente criar empatia e aumentar a vontade de participação de alguém, independentemente do seu partido político e da ideologia que acredita e pratica.

2.5.7. Interesse e Conhecimento Políticos

O interesse político está intrinsecamente ligado com a qualidade da democracia, assim como com a taxa de participação em eleições de qualquer natureza. O interesse político é um dos indicadores mais importantes da participação política.

Verba et al. (1995) citam-no como um dos fatores centrais para o envolvimento político. Smets e Van Ham (2013, p.352-354) afirmam que o interesse político só é ultrapassado pelo hábito de votar como fator determinante na participação eleitoral. Este interesse pode-se traduzir em participações convencionais e não convencionais, tanto que um indivíduo pode interessar-se politicamente, descrever nos métodos de participação tradicionais e, por contraste, optar por realizar ativismos nas redes sociais e através de manifestações de curto e longo alcance político de forma a criar pressão aos agentes políticos. Segundo o jornal Expresso, baseando-se num inquérito de 2024 elaborado pelo Eurobarómetro:

47% dos jovens portugueses, agora inquiridos, afirma que tomou medidas para alterar a sociedade, quer fosse a participação numa manifestação, assinar uma petição ou enviar uma carta a um político. A maioria (69%) considera que a União Europeia impacta a sua vida quotidiana. (Expresso, 2024)

No fundo, como já defendido essencialmente por Inglehart (1997), as gerações mais novas, ainda que tenham uma maior dificuldade em participar politicamente através do voto e estejam menos ‘comprometidas com os valores tradicionais da política institucionalizada’ (Inglehart, 1997), acabam por compensar essa falha com outras formas de participação mais recentes e ligadas à ação social e ao ativismo (Inglehart, 1997).

2.5.8. Aumento da Polarização dos Partidos Políticos e dos Partidos de Nicho

O tipo de voto jovem –mais à direita, ao centro, ou mais à esquerda- também é importante para compreendermos, como outrora dito, uma possível viragem político-eleitoral na sociedade portuguesa.

Se, por um lado, existe um determinado nicho de jovens que se estão a deixar seduzir pelas mensagens transmitidas pelo Partido Chega, há igualmente um outro lado da balança mais à esquerda que tem feito frente a este aumento de intolerâncias. Por exemplo, aos protestos feitos pelos grupos de extrema direita e/ou populistas, respondem alguns protestos ligados a movimentos mais à esquerda e/ou relacionados com os respetivos partidos políticos Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português.

Nos últimos anos a polarização jovem é cada vez mais notória. Um artigo de Mariana Durães revela que “74% dos portugueses entre os 18 e os 34 anos têm «uma visão bastante polarizada da vida política e partidária», tendo votado mais nos extremos, sobretudo à direita, nas eleições legislativas de 2002” (Público, 2024). Simultaneamente, esta polarização partidária leva a um aumento da participação. Quando alguém vota num extremo, ou é por pura contestação face às políticas e aos partidos tradicionais no poder; ou é por convicção ideológica. Ora, estes dois motos são suficientemente fortes para levar alguém a dirigir-se religiosamente às urnas em qualquer ato eleitoral, levando ao aumento da participação desta porção de eleitores. No mesmo artigo de Mariana Durães (2024), afirma que

(...) os jovens mais polarizados são também os que mais votam, contrariamente ao resto da população: 63% dos portugueses que declaram ter votado nas eleições de 2022 têm «uma perspetiva não polarizada da vida política e partidária do país». O mesmo só acontece com 26% dos jovens. (Público, 2024)

Nas eleições europeias de 2009, a crise do Euro levou a que os mais jovens se inclinassem e deixassem seduzir por partidos minoritários e emergentes nos espectros políticos, incluindo partidos verdes e movimentos populistas que, por sua vez, ofereciam e prometiam reformas mais radicais e alternativas às políticas de austeridade (Baget, 2024). Em 2014 estas tendências eleitorais foram consolidadas com os resultados eleitorais.

A participação jovem, ainda que baixa em Portugal, aumentou no plano europeu e demonstrou-se fruto de campanhas especificamente direcionadas para os mais jovens e o forte uso das redes sociais. Aqui, os partidos mais verdes viram o seu nicho a ser bastante cobiçado pela faixa etária mais jovem com as premissas das alterações climáticas, da justiça social e dos direitos humanos (Baget, 2024).

Nas eleições de 2019, o que acontecera no ato eleitoral passado -2014- voltou a verificar-se ao notar-se uma crescente presença dos mais jovens em partidos defensores da ação climática, das reformas democráticas e da justiça social. No entanto, foi nas eleições de 2024 que começámos a

assistir a um regresso da força da direita mais radical nos assentos europeus e na própria juventude. Enquanto que muitos jovens ainda apoiem partidos progressistas e verdes (Baget, 2024), a direita e a extrema direita surgem também como uma forte opção dos mais jovens.

O aumento dos partidos ultraconservadores e dos partidos de extrema direita e direita radical tem sido especialmente pronunciado nos partidos fundadores da União Europeia, o que pode justificar o apelo destes partidos aos mais jovens. Nas últimas eleições europeias, refletindo a realidade portuguesa, a esquerda tradicional (e a não tradicional, como o Partido Livre), está “menos forte entre os mais novos”.¹⁷

Os partidos de extrema direita são, igualmente, verdadeiros adeptos do uso de plataformas online e sociais, onde acumulam milhões de seguidores (Baget, 2024). Ainda que estes dados sejam europeus e recolhidos numa área universal, em Portugal a realidade é similar. Para Mariana Durães e segundo o Estudo do ISCSP,

são os partidos populistas, que se situam nos extremos, principalmente à direita, que conseguem mobilizar abstencionistas, «cansados da política tradicional e do rotativismo entre PSD e PS, o bipartidarismo tradicional», para irem às urnas. Um quarto (25%) dos jovens situa-se na direita radical, onde está o Chega, «à semelhança do que acontece noutras democracias europeias». (Público, 2024).

Conquanto, ainda que a extrema-direita em Portugal acumule mais de um milhão de votos e faça jus à viragem à direita que a Europa está a sofrer, o mesmo não se confirmou nas eleições europeias de 2024.

em Portugal isso não se verificou: o candidato Tânger Correia obteve apenas 10% desses votos...”-dos jovens- “..., bem abaixo dos 15% do PS (que volta a ter uma crise de juventude), dos 19% da IL – e mesmo a par dos 9% do Livre. Relativamente às legislativas, o Chega é confrontado com um tombo enorme, menos 15 pontos percentuais do que os que deram antes o voto a Ventura, passando de segundo partido com mais votos entre a juventude para quarto. (Expresso, 2024).

As eleições europeias, já consideradas de segunda ordem (Freire, 2005) são conhecidas por possuir um sistema eleitoral que beneficia principalmente os pequenos e médios partidos ‘porque requer menos recursos para campanhas eleitorais, disputadas num único círculo eleitoral’ (Freire, 2005). Acrescido a isso, nas eleições para o Parlamento Europeu, os partidos de nicho acabam por ser os mais cobiçados

¹⁷ Expresso [111743650.pdf](#)

pelo eleitorado. Inclusive nas eleições europeias, a camada jovem portuguesa ‘mais qualificada ajudou a IL a crescer para lá dos 9% e a colar-se ao Chega’ (Expresso, 2024) .

Um partido de nicho é, segundo Meguid (2005, 2008) um partido que enfatiza um conjunto limitado de novas questões que não coincidem com a divisão económica esquerda-direita predominante, assim como rejeita a tradicional teoria de classes. Já Adams J., Clark, M., Ezrow, L., e Glasgow, G. (2006: 513) definem ‘*niche parties*’ como aqueles que apresentam ideologias extremas, tais como partidos comunistas, partidos nacionalistas e ideologias não centristas, tais como os verdes.

Os partidos desafiadores, por sua vez, assumem uma condição suplementar: fogem dos temas abordados e, simultaneamente, desafiam a posição dominante recusando ir para o poder.

Rematando para o cenário português, o PAN é considerado um partido de nicho. Foca-se num tema díspar àqueles que estamos habituados a ouvir com os partidos tradicionais da política. Os partidos de nicho são particularmente importantes de estudar já que são os que têm mais sucesso no Parlamento Europeu e, muitas vezes, chegam a não alcançar quase nenhuma representatividade no plano nacional (compensando a nível europeu). Na literatura observamos várias razões pelas quais o eleitorado (tendencialmente mais jovem, já que são os mais atentos aos novos partidos e menos bloqueados pelo espectro centrista e pelos partidos de ‘*mainstream*’) têm mais atenção aos partidos de nicho.

Nas eleições para o Parlamento Europeu, os eleitores frequentemente mudam para os partidos de nicho como uma forma de expressar o seu descontentamento com o sistema político tradicional. Estes partidos são vistos como alternativas aos partidos políticos tradicionais, diferenciando-se ainda mais ao limitarem os temas que abordam (Meguid, 2005, p.348). Adams, J., Clark, M., Ezrow, L., e Glasgow, G. (2006) acrescentam que estes partidos ao se focarem em problemáticas novas e/ou emergentes como o nacionalismo, o ambientalismo e as questões de imigração, acabam por conseguir influenciar as agendas dos partidos políticos -e, igualmente, das eleições europeias-.

As questões muitas vezes faladas nas eleições europeias são questões supranacionais, questões que frequentemente não abarcam o Estado e a capacidade de ação do Estado como as alterações climáticas, a inteligência artificial, a imigração e os problemas geopolíticos como guerras mundiais. Todos estes pontos são usualmente falados aquando as eleições para o Parlamento Europeu e inexistentes aquando os outros atos eleitorais. Simultaneamente, a discussão destes tópicos surge, essencialmente, nestes partidos de nicho que se manifestam tanto no plano nacional, como no plano europeu. Os partidos de nicho são muitas vezes os primeiros a tirar proveito das questões de política europeia, abordando de

maneira específica as implicações da integração da União Europeia. Enquanto os partidos maiores focam numa gama mais ampla de preocupações, os partidos de nicho – ‘*issue entrepreneurs*’ encontram o seu apelo em áreas temáticas especializadas (Catherine De Vries, 2018), como a política económica da zona do euro ou as questões de soberania nacional.

Todas estas razões confirmam que os jovens, porção do eleitorado mais provável em votar neste tipo de partidos, podem de facto contribuir para um aumento de popularidade destes partidos e transmissão das suas ideias para outras faixas etárias. Somado a isso, demonstra igualmente que os jovens, de momento, têm uma especial preocupação com temáticas menos técnicas e mais ideológicas (como o ambiente), capazes de moldar o seu voto e o tipo de participação que efetuam. Assim, a participação jovem nas eleições europeias é crucial para que se consiga estimular as outras gerações, assim como para o contínuo sucesso dos partidos de nicho que, acabam por sobreviver dos incríveis resultados nas eleições europeias.

2.6. O que leva os jovens a votar nas eleições europeias?

Como já conseguimos perceber, e ainda vamos verificar ao longo deste trabalho, os jovens dispersam os seus interesses por uma panóplia de áreas (questões migratórias, direitos das mulheres, direitos humanos, educação, proteção do ambiente e dos animais, emprego, discriminação, por exemplo), sendo rara a referência à política e pouco efetiva a sua participação política.

2.6.1. Dever Cívico e Importância da Democracia

O ato de votar, ainda que não se trate de um dever legal, é frequentemente apontado como um fator fundamental da participação pública e política. A conquista do direito de voto, há sensivelmente 50 anos, após um longo período ditatorial de quase meio século, relembra que a força das Instituições Democráticas não está garantida e relembra assim a relevância das nossas ações para a sua preservação.

Num estudo elaborado pelo Flash Eurobarometer (2013) dedicado às atitudes dos jovens europeus de idades entre os 15 e os 30 anos, a importância da democracia foi apontada como o maior

incentivo para votar (94%), enquanto 90% indicam a importância da Europa e das eleições europeias e, 83% acreditam que votar é o modo indicado para influenciar as decisões políticas. Números igualmente significativos indicam que votar é uma obrigação moral (72%), ou que votar tem um impacto significativo nos assuntos que os afetam diretamente (68%). Já 70% simplesmente votam sempre ou são interessados genericamente em política e eleições (65%). Este estudo demonstrou ainda que os jovens portugueses estão em sintonia com estes números, sendo que 97% deles apontou a democracia como o maior incentivo para votar, 90% que tal influencia as decisões políticas, 81% que votar é tanto uma obrigação moral, como tem um real impacto nos assuntos que lhes interessam: enquanto 72% dizem votar sempre e 5% menos refere demonstrar interesse pela política em geral e pelas eleições em particular.

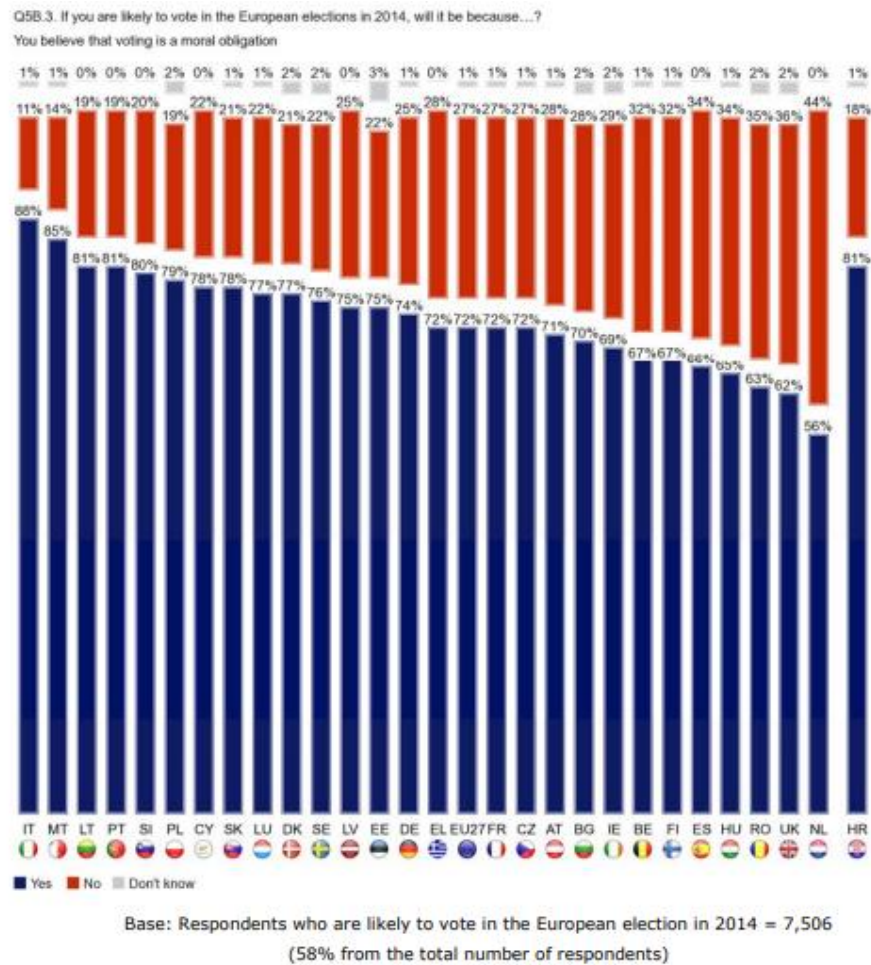


Tabela 1 - Percentagem de Jovens Europeus que consideram que votar é uma obrigação moral

Fonte: European Commission (2013), Flash Eurobarometer 375.

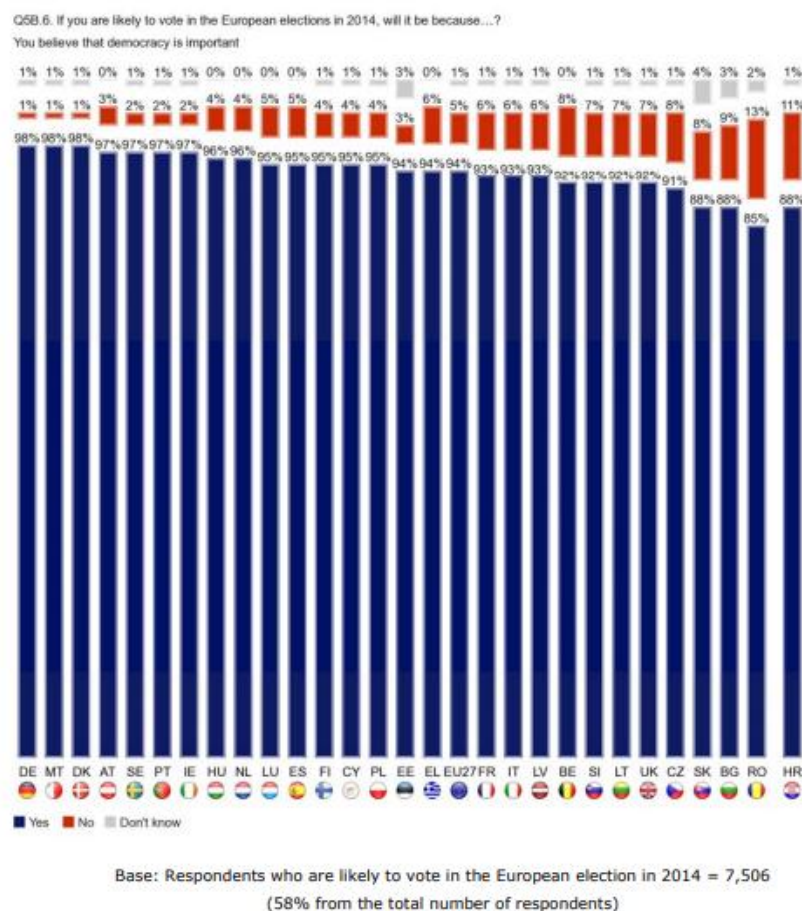


Tabela 2 - Percentagem de Jovens Europeus que acreditam que a democracia é importante a ponto de os motivar a votar

Fonte: *Fonte: European Commission (2013), Flash Eurobarometer 375.*

2.6.2. Questões Sociais e Ambientais

Dentro do grupo investigado pelo *Special Eurobarometer* de 2009, dos que votaram, que no caso foi 43% do grupo de jovens, os assuntos que os motivaram a votar estão relacionados com o crescimento económico (41%), o desemprego (37%), o futuro das pensões (22%) e, finalmente, o papel da EU na política internacional (22%).²⁵

QK5T: What is the stake which makes you vote to the European elections? First? And then?				
Basis: Europeans who voted (43% of total sample)				
	EU27	15 MS before 2004	+ 12 MS since 2004	Diff. 15 MS before 2004 - 12 MS since 2004
Economic growth	41%	39%	52%	+13
Unemployment	37%	37%	38%	+1
The role of the EU on the international scene	22%	23%	18%	-5
The future of pensions	22%	19%	36%	+17
The powers and remit of the European institutions	19%	20%	13%	-7
Crime	18%	18%	19%	+1
Inflation and purchasing power	18%	18%	20%	+2
The fight against climate change	16%	18%	6%	-12
Immigration	16%	17%	11%	-6
Identity and European values	16%	16%	14%	-2
Energy	13%	12%	17%	+5
The single currency, the euro	12%	12%	14%	+2
Terrorism	11%	12%	8%	-4
Agriculture	11%	9%	23%	+14

Tabela 3 - O que leva os europeus a votar nas eleições europeias?

Fonte: Special Eurobarometer 320: Post-election report, 2009

²⁵ *Special Eurobarometer 320: Post-election report, 2009*

Num inquérito um pouco mais recente, de acordo com o Inquérito de 2024 feito pelo Parlamento Europeu, os três temas que as Instituições Europeias se deviam debruçar mais, na perspetiva dos mais jovens foram: o aumento dos preços e do custo de via (40%), o meio ambiente e as alterações climáticas (33%) e situação económica e criação de emprego (31%), seguidos pela proteção social, bem-estar e acesso à saúde (29%). Outros temas incluem a educação (27%), a habitação (23%) e a defesa e segurança da UE (21%).

As questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental levam os jovens a apoiar partidos verdes e políticas de combate ao aquecimento global. Ao mesmo tempo, a justiça social e a igualdade continuam prioritárias, destacando-se a luta contra desigualdade económica e discriminação. Educação acessível e de qualidade, oportunidades de emprego digno, direitos dos migrantes e refugiados, reformas democráticas e transparência governamental são também prioridades desta geração (JEF Europe e Make.org, 2024).

Num mundo cada vez mais global, capitalista e desigual, é notório o aumento de preocupação com as questões climáticas. Se em 2009 a preocupação rondava os 16%, em 2024 sensivelmente 33% dos votantes procurou colocar no topo das suas prioridades a sustentabilidade e as alterações climáticas.

No contexto das crises atuais, a situação atual foi considerada, pelos jovens, uma das maiores preocupações que a União Europeia deveria ter (28%) juntamente com o fornecimento de energia (Eurobarómetro 98, 2023).

3. CAPÍTULO II - METODOLOGIA

3.1. Metodologia

Esta dissertação suporta-se numa metodologia qualitativa. Serrano (1994) sublinha que, na teoria da pesquisa qualitativa, constitui-se uma reflexão na prática e, a partir dela, tenta-se compreender a realidade e descobrir os acontecimentos. Investiga-se, também, as diferentes causas que desencadearam os factos considerando sempre o indivíduo assim como as sua perceções e opiniões.

O trabalho de campo realizado, com esta orientação metodológica de base, centrou-se na condição de entrevistas semiestruturadas a vários jovens na faixa etária dos 18-29 anos, residentes em diferentes cidades, com diferentes profissões e níveis de escolaridade. Todas estas variáveis foram entendidas como relevantes para ajudar a compreender a eventual diversidade de comportamentos eleitorais.

A análise qualitativa procurou interpretar as respostas dadas pelos entrevistados, assim como compreender o que motiva os jovens a participar nas eleições europeias e descobrir os seus comportamentos eleitorais. Embora na recolha e análise de dados se tenha recorrido a uma abordagem quantitativa para quantificar partes das respostas, a identidade metodológica do trabalho é claramente qualitativa.

Optou-se, pelas razões acima descritas, seguir por um modelo qualitativo assente em entrevistas semiestruturadas ao invés de inquéritos. Os inquéritos, para além de serem característicos de um método quantitativo, são comumente utilizados em grupos maiores para chegar a uma conclusão 100% imparcial e estatisticamente correta. Somado a isso, muitas vezes nestes inquéritos as respostas às perguntas feitas aos inquiridos já se encontram pré-definidas, não dando muito aso a resposta livre e a opiniões pessoais, ao contrário das entrevistas semiestruturadas presentes num método qualitativo.

Nas entrevistas semiestruturadas, adequadas a um método qualitativo, os grupos são mais limitados precisamente para não dificultar a investigação, e porque o objetivo não é alcançar dados generalizáveis, mas dados que permitam entrar no mundo do porquê, do que explica o racional de comportamento dos indivíduos. Neste caso, optou-se por recolher 20 entrevistados. Por essa mesma razão, volta-se a sublinhar, esta não é uma amostra com pretensões de ser verdadeiramente

representativa do universo total dos jovens portugueses com capacidade eleitoral, mas sim uma forma de descobrirmos mais acerca do seu voto em contexto de eleições europeias.

As entrevistas semiestruturadas apresentam, naturalmente, vantagens e limitações. A prática de entrevistas semiestruturadas assenta num roteiro previamente preparado no qual o entrevistador já definiu previamente um leque de temas/tópicos que pretende explorar na conversa (Máximo-Esteves, 2007) , o que pode ser entendido como uma vantagem. O facto de conseguirmos apenas levar tópicos pré definidos deixando os entrevistados responder livremente, estabelece uma vantagem face aos inquéritos dos métodos quantitativos e permite manter um certo fluxo na conversa garantindo maior quantidade de informação relevante. Trivinõs (1987, p.146) reconhece assim que ‘ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspetivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação’.

Em paralelo, há também pontos negativos que não podem ser ignorados. Duarte (2002, p.147), afirma que existem muitas publicações com ‘ problemas ligados à postura adotada pelo pesquisador em situações de contato, ao seu grau de familiaridade com o referencial teórico-metodológico adotado e, sobretudo, à leitura, interpretação e análise do material recolhido (construído) no trabalho de campo’ . Outra questão prende-se com o facto de a interpretação final dos dados e das respostas dos entrevistados depender quase na sua totalidade da ótica do investigador e da sua subjetividade (Duarte, 2002, *in* Castro e Oliveira 2022, pps: 25-45).

Posto isto, foram feitas sensivelmente 24 questões - dependendo das respostas de alguns entrevistados, algumas perguntas não foram feitas por não se justificar (ver Anexo 1). De modo global, procuramos perceber qual o sentido de voto nas eleições europeias de 2024, e nas eleições de 2019; quais as razões que levaram a uma alteração do sentido de voto, nos casos em que tal aconteceu; compreender se essas razões se prenderam mais com uma dimensão ideológica ou mais com uma dimensão de avaliação conjuntural; e, não menos importante, perceber a relação dos entrevistados com as Instituições Europeias no que se refere ao seu grau de confiança. Após a recolha de entrevistas, o tratamento e recolha de dados foi feito de forma manual, sem a ajuda de *softwares*.²⁷

A resposta de cada entrevistado foi vista e interpretada com a devida atenção e à qual foi atribuído um código. Ao longo das entrevistas foi se verificando quantas vezes o código se repetia sob cuidado de

²⁷ A minha escolha em não utilizar *softwares* e ferramentas digitais prendeu-se pelo facto de não ter conseguido realizar formações em nenhum dos *softwares* disponíveis no mercado compatíveis com o tipo de investigação e de método.

muitas delas serem qualitativamente dispares. Por exemplo às respostas (“votei por causa da inflação”) ou (“votei por razões económicas”), foi dado o mesmo código para efeitos quantitativos.

3.2. *Perfil dos Entrevistados*

O grupo é composto por 20 entrevistados: 10 homens e 10 mulheres. Todos na faixa etária dos 18-27 anos. Foi elaborada uma ‘história’ no meu Instagram que conta com mais de 6.000 seguidores. Nessa mesma publicação foi escrito que se procuravam interessados em participar numa entrevista semiestruturada para uma Dissertação de mestrado em Ciência Política sobre os jovens e as eleições europeias.

Foram recebidas mais de 60 mensagens a demonstrar interesse. Dessas 60 mensagens, foram escolhidas aleatoriamente 20 pessoas (10 jovens do sexo masculino e 10 do sexo feminino) sem qualquer preferência, tentando, ao máximo, variar entre:

- a. Idade;
- b. Local de residência (para compreender um pouco melhor a realidade que rodeia os entrevistados);
- c. Profissão;
- d. Habilitações Académicas.

Os critérios de exclusão para os restantes 40 indivíduos assentaram, apenas e só, nas variáveis acima descritas. Ou seja, tendo estabelecido que 20 indivíduos seria um número razoável para realizar entrevistas, e tendo uma amostra que cobria já todas as quatro variáveis, consideramos que os restantes indivíduos seriam ‘redundantes’. Naturalmente que o seu contributo poderia ser também muito importante, mas no contexto da presente dissertação de mestrado, também tivemos de ter em consideração a exequibilidade temporal do trabalho. Claro está, que o facto da dissertação ter sido feita em regime pós-laboral, por questões profissionais e de incompatibilidade horária, também contribuiu para o trabalho deter um carácter mais modesto.

A escolha dos entrevistados não se baseou no facto de ambos terem muito ou pouco conhecimento acerca das eleições europeias e/ou do trabalho desempenhado no Parlamento Europeu.

3.3. A Entrevista Semiestruturada

A entrevista, aqui entendida como ‘uma conversa intencional entre duas ou mais pessoas’ ‘com o objetivo específico em mente – obter informações sobre o entrevistado’ (Morgan, 1988, citado por Bogdan & Biklen, 1994), foi o instrumento de recolha de dados escolhido. Para Quivy e Campenhoudt (1998), durante a entrevista semiestruturada

(...) o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reacções, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objectivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade (Quivy e Campenhoudt, 1998: 192).

Já Ghiglione e Matalon (1993) consideram que as entrevistas semiestruturadas servem, de igual forma, para permitir ao entrevistado expressar-se livremente e ao próprio investigador para se adaptar ao contexto graças à flexibilidade das interações entre ambos.

Assim, para este caso específico, a entrevista semiestruturada foi vista como a ferramenta mais útil para trabalhar esta temática e compreender com sucesso as inquietações dos mais jovens nas eleições europeias e o seu respetivo posicionamento.

As entrevistas não divergiram muito do questionário original presente no Anexo I, tendo acontecido algumas divagações e respostas mais curtas por parte de alguns entrevistados. Todas as entrevistas foram realizadas através do uso da Plataforma ZOOM com cada uma a ter uma variação média de 30 minutos. Todos os respondentes assinaram digitalmente e enviaram um Requerimento de Gravação e um Documento de Consentimento da mesma.

4. CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

4.1. Análise e Tratamento de Dados

Cada entrevista foi analisada individualmente a fim de suprimir possíveis repetições. A cada ‘expressão’ e/ou resposta foi atribuído um código. O objetivo foi verificar, nas 20 entrevistas elaboradas, a quantidade de vezes que esse mesmo código se repetia a fim de determinar cruzamentos e correlações, assim como verificar alguns pontos já vistos na literatura. Através dos resultados obtidos foi-nos possível chegar a algumas conclusões.

4.1.1. Em que se baseiam os Jovens na altura de votar? Quais foram as principais razões para os jovens votarem nas eleições europeias de 2024?

Aspeto Determinante	Nº de menções	Percentagem
Candidatos/ Perfil do candidato	7	35
Ideologia/ Militância	4	20
Posicionamento na Família Política Europeia	4	20
Política Externa	3	15
Meio Ambiente	3	15
Natureza Socioeconómica	2	10
Imigração	2	10
Liberdade da Europa	2	10
Visão do Projeto Europeu	2	10
Jovens	1	5
Exclusão de Partes	1	5
Representação Verde	1	5
Pesquisa prévia pré-eleitoral	1	5
Direito de Voto	1	5

Tabela 4 - Tabela referente às razões que levaram os jovens a votar nas eleições europeias de 2024

Para 7 entrevistados (35% do grupo total de entrevistados) o aspeto mais determinante na altura de votar são os “*candidatos*”. Rodrigo, nome fictício³⁰, 26 anos, estudante de doutoramento e natural de Mirandela, acreditava convictamente que “o que pesa não são só as medidas, pesam também os candidatos em si”.

³⁰ Todos os nomes indicados na investigação são fictícios a fim de preservar o anonimato e a privacidade dos entrevistados. Ainda assim, e de forma a fazer prevalecer a importância das variáveis escolhidas, todas as outras informações (idade, escolaridade/profissão e localidade de residência e/ou eleitoral) são reais e verdadeiras.

Dentro destes 7 entrevistados, Mariana, nome fictício, de 22 anos e de Lisboa, afirmou que a importância que depositou no candidato se deveu ao facto de ter havido uma “aposta nos jovens”, o que a mobilizou bastante no momento de voto e corroborando a tese de que a sensação de proximidade e identificação com o candidato faz toda a diferença e que é possível que um candidato, através de uma conexão emocional e de identificação de valores, consiga ser muito mais do que um simples líder num ato eleitoral.

De seguida, a “*Ideologia/Militância*” e o “*Posicionamento na Família Europeia*” – ambos com 4 menções - determinaram 20% das respostas.

Na questão da militância, grande parte das respostas foram simples e concretas, sendo a militância o gatilho principal para o voto. Ainda assim, Diogo, nome fictício, de 22 anos, estudante, natural de Sintra, crê que o seu partido é o único que realiza uma “gestão económica nos vários aspetos eleitorais principalmente no que toca à distribuição económica e onde vão buscar o dinheiro para realizar as propostas”. Quanto à ideologia, Daniel, nome fictício, de 25 anos, administrador de sistemas de profissão e natural de Queluz, distrito de Lisboa, indica que o partido que votou mereceu o seu voto por ser o que está “mais perto” das suas “ideologias políticas”.

Tomando em consideração a variável *Idade*, dividida entre os jovens com idades entre 18-24 anos e jovens com idades entre 25-27 anos, foi-nos possível chegar a algumas conclusões interessantes.

Colocava-se a questão se a idade dos jovens, e a sua ainda imaturidade política nos primeiros anos após os seus primeiros momentos de voto, pudesse colocar em causa a sua mobilização por crenças políticas; todavia, tal não se verificou. Num universo de quatro jovens, dois deles tinham idades entre 18-24 anos; e os outros dois tinham entre 25-27, equilibrando bastante as nossas análises de uma forma positiva. Analisa-se assim, um possível rápido amadurecimento político das camadas mais jovens e um cenário onde tanto os mais jovens, como os mais velhos se sentem mobilizados por ideologia políticas, ainda que os últimos se sintam também mobilizados por questões mais pragmáticas.

O posicionamento da família europeia também foi motivo de preocupação para determinados jovens, como por exemplo para Mariana, 22 anos, Lisboa, que diz que o partido que votou “apesar de não se encontrar 100% alinhado com o partido europeu onde está inserido, o último é quem escolhe o seu posicionamento”, dando a entender que votou mais concretamente no partido europeu do que no próprio partido nacional.

Surgem, logo a seguir, com o mesmo número de menções (três) os temas “*Política Externa*” e “*Meio Ambiente*”, ambos com resultados de 15%. A Política Externa, na ótica de Júlia de nome fictício, jornalista e natural de Coimbra, é extremamente importante, havendo, por vezes “alguns partidos que em determinadas questões” se revê, mas “depois na Política Externa já não”, afastando-se por completo e sustentando a tese de que a política externa é um assunto complexo e bastante sensível para alguns jovens.

O meio ambiente também soma preocupações nos jovens, onde Inês, nome fictício, de 26 anos, natural de Paços de Ferreira, candidata a Doutoramento, confia que as decisões mais importantes sobre “a parte ambiental e da energia” são todas “decididas lá”, pelo que o voto em pessoas de confiança e competentes são cruciais para uma boa representação e/ou capacidade de decisão instalada em Bruxelas.

Quatro temas distintos “*Natureza Socioeconómica*”³², “*Imigração*”, “*Liberdade da Europa*”, “*Visão do Projeto Europeu*” recolheram apenas duas respostas. A natureza socioeconómica abarcou vários temas, entre os quais a crise da habitação, a necessidade do aumento dos salários, diminuição dos impostos e da burocracia, assim como o aumento do poder de compra. No que toca à imigração, Júlia, 27 anos, de Coimbra, foi uma das pessoas que mencionou a questão da imigração como um problema por causa do “tratamento dado aos imigrantes”, suprimindo a preocupação “com a sua chegada a Portugal”. A liberdade da Europa foi o motivo de voto escolhido por Jorge, de 19 anos, estudante e natural de Seia, que admitiu votar num determinado partido por ser o único, a seu ver, que “defende a liberdade da Europa” e que num “momento de guerras, é um partido fundamental para estar no Parlamento Europeu”.

Por fim, surgem ainda cinco temas distintos com apenas uma menção, ou seja, “*Jovens*”, “*Exclusão de Partidos*”, “*Representação Verde*”, “*Pesquisa prévia pré-eleitoral*”, “*Direito de Voto*” foram cada um deles a escolha de um respondente.

A exclusão de partidos foi sustentada por Inês, 26 anos, Paços de Ferreira, que afirma que um dos motivos para ter votado num determinado partido foi que os outros “não veem as eleições com a seriedade que deviam ver”.

³² «O estatuto socioeconómico (SES) tem sido estabelecido na literatura algo que abrange não só o rendimento, mas também o nível de escolaridade, a segurança financeira e as perceções subjetivas de estatuto e classe social.” American Psychological Association. (2010). Socioeconomic Status (SES). Washington, DC.

A representação verde tem tido cada vez mais palco, inclusive com a problemática das alterações climáticas e tem acabado por se tornar cada vez menos exclusiva dos partidos mais à esquerda do espectro político. Nas eleições europeias, eleições conhecidas por dar mais protagonismo aos partidos de nicho, deram ainda mais palco a esse fenómeno. João, de 25 anos, residente em Lisboa e atualmente desempregado, diz que o seu voto foi condicionado pela vontade que tinha de ver uma maior representação verde no Parlamento Europeu e que “queria ter mais representatividade desse mesmo grupo”.

O Direito de Voto, bastante ligado à valorização dos nossos direitos, liberdades e garantias, é visto por Gonçalo, nome fictício, de 23 anos, estudante de mestrado e natural de Matosinhos, como um “fazer jus ao meu direito de voto e ter um resultado que reflita o que sinto sobre o ambiente que me rodeia”, acrescido a isso, é considerado como o “único método representativo dos cidadãos”.

Estas conclusões foram baseadas na pergunta 2.4, que questionava os entrevistados quais foram os aspetos mais determinantes na altura de votar. Em boa verdade, os 20 entrevistados acabaram por avançar com várias respostas. Dito de outro modo, todos foram bastante ambiciosos e deram mais do que uma resposta, demonstrando que o seu voto é tomado com alguma consciência e, acima de tudo, na base de uma multiplicidade de fatores.

Somado a isso, acrescentou-se a análise à questão 2.5. que questionava quais foram os fatores que levaram o/a entrevistado/a a votar em determinado partido, ou seja, se houve algum tema que tivesse sobressaído nesse mesmo partido no decurso da campanha, ou se, por exclusão, houve algum tema que tivesse falhado nas propostas e na campanha de outros partidos. Aqui, as respostas são mais curtas mas, ainda assim, esclarecedoras. Oito entrevistados acreditam que o “*candidato*” foi o ponto forte do partido em que votaram. Júlia, 27 anos, de Coimbra, alegou que gostou do candidato e “do que defendia, da postura e a imagem que passa e como trata os outros”, sugerindo que o candidato é muitas vezes mais importante do que as próprias crenças políticas. Alexandra, nome fictício, de 22 anos e atualmente a trabalhar em Bruxelas, acabou por completar este raciocínio afirmando que o candidato é importante essencialmente pela sua “personalidade” e que o “partido importa apenas como base”.

Para outros oito respondentes (ou seja, para 40% do nosso grupo de entrevistados) as razões prenderam-se com a “*militância partidária/Ideologia*”. Ainda que muitas vezes certos militantes votem no partido que estão militados, não por convicção, mas sim por respeito à sua decisão e à sua filiação, neste grupo ainda não se observou tal. Jorge, 19 anos, estudante, não só nutre um profundo respeito ao seu partido e por isso confia-lhe o seu voto, como também acredita que é o “partido que melhor

defende as ideias para as europeias” e que é o “partido com medidas mais adequadas para o momento em que vivemos”.

Por seu turno, três entrevistados, ou seja 15% do total, invocaram razões que se prendem com o seu “*Europeísmo e a visão da Europa*” que, na perspetiva de Rodrigo, nome já mencionado, é uma peça-chave a se ter quando se candidata a um cargo no Parlamento Europeu. O partido e/ou o(s) seu(s) candidato(s) devem ser “igualmente reformistas para a Europa”.

Embora três entrevistados não representem um grande universo, o paralelismo entre a localidade geográfica dos entrevistados e a sua perceção da importância da Europa é interessante.

Destes três, um entrevistado vive em Seia, um em Paços de Ferreira e o outro em Aveiro. Este cruzamento entre Localidade e Visão Europeísta permite refletir sobre se a consciência sobre a importância da Europa é mais pronunciada em grandes cidades ou se, mesmo nas periferias, esta visão também está presente. Observa-se que, apesar de Paços de Ferreira e Seia estarem localizadas em regiões mais periféricas, os entrevistados dessas áreas demonstram uma visão europeísta muito similar à de quem reside em Aveiro, uma cidade mais urbana e com um maior dinamismo político e económico. Pese embora as limitações da nossa amostra que não permite generalizações quanto aos resultados, verifica-se ainda assim neste pequeno grupo de entrevistados que a importância da Europa e a necessidade de uma visão mais europeísta estão presentes também em áreas menos citadinas e mais interiores de Portugal.

Por fim, a “*Ecologia*” recolheu a resposta de dois entrevistados e “*Família Política Europeia Inserida*” recolheu a resposta de outros dois entrevistados.

A Ecologia, por si só, já faz parte do nosso dia-a-dia numa base regular e deve igualmente fazer parte da agenda política dos nossos governantes e dos agentes políticos. É assim que João considera que a ecologia deve ser vista pelos partidos políticos, e que, por haver “uma hesitação e um bloqueio” em alguns partidos, devemos “dar voz aos grupos partidários mais ecológicos” para fazer ver as questões climáticas e ecológicas.

Diogo, 22 anos, estudante, afirmou que o partido europeu tem a mesma importância que o nacional nas eleições europeias. Assim, em questões sensíveis como a Imigração “o partido europeu ao ter essa visão e ímpeto político, reviu-se” e decidiu votar.

Ora, ainda que ambas as questões sejam relativamente distintas, mas com um fundo comum, a verdade é que nas eleições europeias de 2024, e dentro dos limites que se encontra neste grupo de

entrevistados, os jovens asseguraram que o carisma de um líder ou o seu perfil político é praticamente inultrapassável na formação da sua decisão. Ainda que a literatura que salienta a *Política Externa*, as *Questões Ambientais*, a *Natureza Socioeconómica*, e o *Projeto Europeu* como sendo fatores relevantes nas escolhas dos jovens, não seja desmentida ou rejeitada, o que é certo é que, num mundo cada vez mais global, materialista, superficial, e de crescimento de populismos, o carisma do líder para o exercício de uma função política parece ser cada vez mais importante na hora de cativar as pessoas e de criar um espaço próprio seja no sistema seja, consequentemente, na mente e nas opções das pessoas. Já Paul Graham dizia que “numas eleições presidenciais, o candidato mais carismático, normalmente vence” (Graham, 2004).

Embora não se tenha questionado diretamente se os entrevistados votaram no líder mais carismático, é possível inferir que, ao observarmos tantas respostas semelhantes sobre a importância do candidato e do perfil num ato eleitoral e, ao constataremos que esses dois elementos foram os principais motivos que levaram os entrevistados a ir às urnas, podemos afirmar que o carisma e a força da imagem dos líderes são fatores relevantes na hora de votar, pelo menos no contexto das eleições europeias para os jovens. Contudo, não podemos extrapolar esses dados limitados para outro tipo de eleições.

4.1.2. Quais os temas que devem ser imperativamente discutidos nas eleições europeias?

Esta questão pode parecer semelhante às anteriores, mas contém uma diferença. Acontece que muitas vezes existem temas que são esquecidos pelos partidos e pelos próprios Órgãos de Comunicação Social (OCS) durante as campanhas eleitorais e inclusivamente no decurso dos debates.

Nas questões anteriores, perguntámos aos jovens quais foram as suas principais motivações para ir votar nas eleições europeias de 2024. Já neste caso, questionámos os jovens sobre quais consideram ser os temas incontornáveis, obrigatórios, que deveriam ser abordados em qualquer eleição europeia. Ou seja, abrangendo temas falados, ou não, pelos partidos políticos, pelos candidatos ou pelos OCS. Houve entrevistas nas quais acrescentei, aquando da pergunta em análise, a expressão “se fosses tu a decidir quais os temas a se debater acerca das eleições europeias, quais seriam os temas que não podiam mesmo faltar?”. As respostas foram diversificadas, mas conseguimos tirar algumas conclusões.

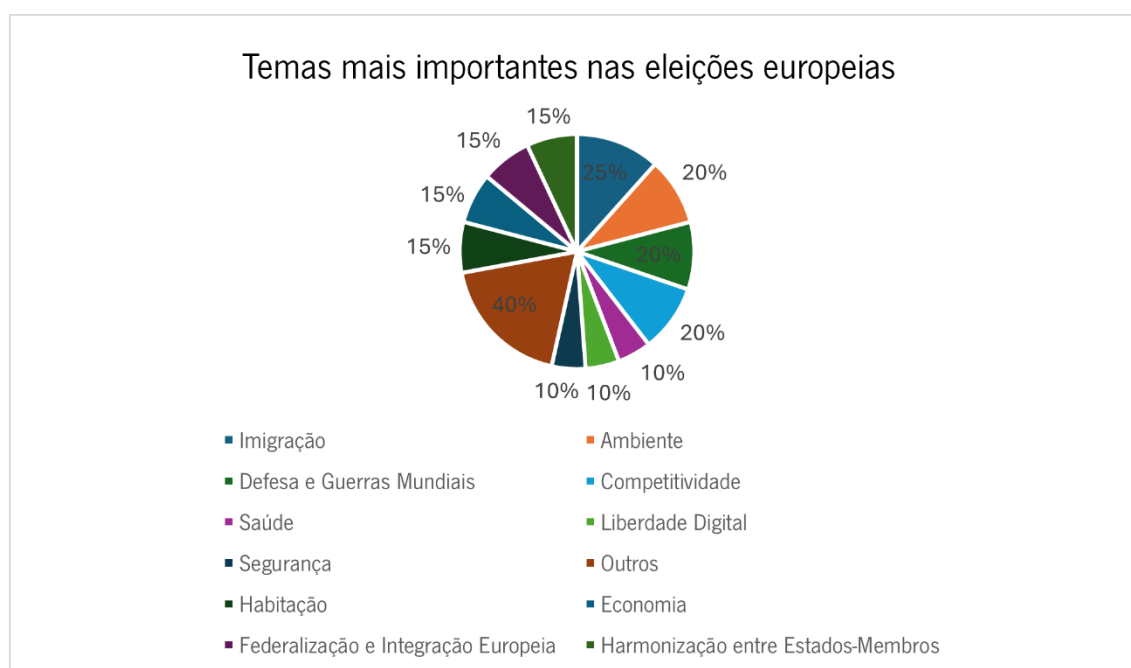


Figura 1 - Temas mais importantes nas eleições europeias para os entrevistados

Repare-se que a “*imigração*” foi consensual para cinco entrevistados (25% do nosso grupo) corroborando alguma da literatura que afirma que as preocupações sociais e, consequentemente, a imigração tanto europeia como nacional, têm vindo a crescer ao longo dos anos.

Quatro das pessoas que atribuíram ao tema da imigração uma especial importância têm ensino superior concluído (Licenciatura), duas delas com Mestrado e outra a concluir Doutoramento. A pessoa que ainda não tem curso superior encontrava-se a finalizá-lo, sendo possível que já o tenha feito aquando a redação desta dissertação.

Todas estas indicações sugerem que indivíduos com maior nível de escolaridade demonstram um maior interesse e preocupação por temas como a imigração, possivelmente devido a um apreço especial pelos direitos humanos e por questões globais e sociais. O facto de, neste grupo, a maioria ter cursos superiores concluídos e teses de Mestrado ou de Doutoramento em andamento, também leva a crer que pessoas com maior formação académica tendem a estar mais atentas a questões internacionais como a imigração. Ainda assim, claro está que no grupo escolhido, quase todos apresentam ensino superior concluído ou em curso, o que pode impactar de alguma forma sobre estas conclusões, não sendo estas passíveis de generalização.

Já no *Special Eurobarometer 320* de 2009 e no Eurobarómetro de 2023 verificaram a presença desta preocupação nos jovens coincidentemente na hora h.

Num ano -2024- onde enfrentámos a Guerra na Ucrânia, o Conflito Israelo-Palestiniano, aumentos de partidos populistas e de direitas mais radicais, é natural que a Imigração (tanto por pessoas favoráveis, como pessoas mais céticas) comece a criar o seu próprio espaço na agenda dos eleitores.

De seguida, o “*Ambiente*” com 20% do grupo -quatro entrevistados-, acaba por consolidar um espaço cada mais crescente nos dias de hoje. Estes dados refletem o aumento da consciência ambiental nossa sociedade, especialmente entre as gerações mais novas. O equilíbrio entre géneros –dois homens e duas mulheres- na preocupação ambiental sugere que a questão não é exclusiva de um género, mas sim uma preocupação transversal entre os jovens. Tanto homens como mulheres demonstraram uma forte consciência e vontade em ver políticas ambientais mais justas e mais eficazes, tanto a nível nacional, como supranacional, destacando a urgência de um combate intergeracional.

As políticas verdes e as ameaça das alterações climáticas têm estado presente nas ordens do dia dos políticos, inclusive na dos partidos políticos que não fazem parte do espectro político dos verdes. As preocupações com esta temática têm sido, assim, consensuais.

Em 2009, também no *Special Eurobarometer 320* de 2009, “*a fight against climate change*” já tinha a sua quota-parte em termos de importância para a juventude. No Eurobarómetro de 2024 a proteção do meio ambiente contava com os seus grandes 33%, garantindo a sua importância, ainda que numa amostra de um universo bem mais vasto.

Com o mesmo número de respostas do grupo -quatro-, surgem mais dois temas que são considerados fulcrais em qualquer eleição europeia: a “*Defesa e Guerras Mundiais*” e a “*Competitividade*”. Ambos não são uma surpresa. A Defesa e a preocupação com as guerras mundiais, aumentarão sempre até continuarem a existir conflitos internacionais e, a competitividade deve-se, com certeza, à diminuição de autossuficiência da própria União Europeia e da sua competitividade face a outros blocos, assim como a sua fragilidade em se conseguir posicionar e fazer-se ouvir na governança global. A “Europa deve, assim, saber posicionar-se”, e até o “*Relatório Draghi*” demonstrou isso mesmo, disse Gonçalo, 23 anos, Matosinhos, assim como Jorge, 19 anos, estudante, que considera imperativo “votar num partido que defenda a liberdade da Europa num momento de guerra”, condicionando assim o seu voto. Já em 2009, num mundo extremamente menos global face a ao que temos hoje, “*The role of EU in the international scene*” assumia 22% dos motivos dos jovens para votar.

Com 15% surgem quatro temas -três entrevistados cada- cujas preocupações são a “*Habitação*”, a “*Economia*”, a “*Federalização e Integração Europeia*” e a “*Harmonização entre Estados-Membros*”.

Ainda que o tema Habitação não esteja presente nos resultados dos questionários anteriores já feitos aos jovens, é natural que só agora se torne um problema emergente. A crise da habitação que os jovens portugueses, e europeus, sentem é transversal ao solo europeu e teve os seus inícios em 2011 e tem vindo a aumentar de escala, gradualmente, nos últimos anos. Foram nos últimos anos que os Governos Portugueses foram obrigados a criar pacotes específicos para o apoio à habitação para tentar colmatar o problema, tal como a Isenção de IMT para jovens que comprem a sua primeira habitação até 200.000 ou, então, o Porta 65 Jovem para jovens estudantes.

O tema da Habitação é visto como um tema “muito pouco tratado e que afeta salarialmente todos os cidadãos europeus” (Júlia, 27 anos, Coimbra); assim, deve haver uma “reformulação da política da habitação num âmbito supranacional” (Duarte, nome fictício, de 27 anos, natural de Penafiel, distrito do Porto) e a consciência de que “uma crise da habitação também é um crise europeia” (Diana, nome fictício, de 22 anos, trabalhadora-estudante e residente em Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa).

A Economia, com uma natureza abstrata, abrange o desemprego, o desemprego jovem, os impostos, o crescimento anual do país, PIB, entre outros indicadores. Desde sempre foi uma preocupação dos jovens, essencialmente de jovens trabalhadores, ou de trabalhadores estudantes cujos descontos para a segurança social e o pagamento de impostos já é o novo dia-a-dia. Logo, podemos confirmar que se verifica este padrão face aos restantes barómetros. Ainda assim, a economia dos Estados-Membros e da própria União também é um problema e uma aflição. Beatriz, de nome fictício e de 26 anos, Técnica de Operações e de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto, preocupa-se com a questão económica num âmbito generalista e a nível estatal, dando o exemplo que “os países de leste que entraram há menos tempo na União Europeia estão numa posição economicamente melhor do que a nossa e nós entramos em 1986”.

A Federalização e Integração Europeia também não são uma novidade. A sociedade portuguesa de momento encontra-se dividida entre eurocéticos e europeístas (‘por razões económicas, migratórias ou político-ideológicas, o euroceticismo vem ganhando terreno em vários Estados-Membros da União Europeia’³³), levando a que esta questão seja cada vez mais falada e levada em conta. Muitos jovens, na perspetiva de Ângelo (nome fictício, 22 anos, trabalhador-estudante e natural de Gondomar, distrito do Porto) “gostariam que a União tomasse uma opinião e posição mais assertiva internacionalmente, provando-se e caminhando para uma quase federação”.

A Harmonização entre Estados-Membros, relaciona-se com a promoção de uma maior coesão entre Estados-Membros e a criação de mais Políticas Comuns, por exemplo, na área da saúde, que é cada vez mais falada. (“*In the coming years, EU health policy will require deeper integration and harmonisation to remain competitive globally*”)³⁴. Geralmente essa ideia é vista de forma positiva, especialmente por aqueles que consideram a União Europeia como o motor do desenvolvimento dos Estados e a peça-chave para a manutenção da paz e da cooperação –os chamados europeístas-. No entanto, existem sempre os eurocéticos, que não acreditam que a União seja uma boa ferramenta ou aliada. Para Alexandra, 22 anos, trabalhadora em Bruxelas, a União deve unir-se como um bloco e “competir” de forma eficaz “em todos os sentidos, como por exemplo a nível da defesa”. Já Maria, nome fictício, de 24 anos, estudante e residente em Coimbra, acreditava que “se deve harmonizar mais e tabelar menos”.

³³ Observatório de Regionalismo

Com dois entrevistados em cada -10%- surgiram igualmente três temas preponderantes: a “Saúde”, a “*Liberdade Digital*” e a “*Segurança*”.

A Saúde, é facilmente completada com o tópico anterior relacionado com a Harmonização entre Estados-Membros. Aliado a isso, as queixas relacionadas com o estado da saúde pública em Portugal têm aumentado todos os dias. Ainda que as eleições europeias sejam independentes das nacionais, por vezes caímos no erro de as assumir indissociáveis. Por ambos estes motivos, a saúde pode ter sido interpretada³⁵ como a saúde europeia e uma vontade de aumentar as ajudas da União aos Estados-Membros nas suas pastas da saúde, ou pode ter sido uma transposição e revolta da situação em Portugal. É por este caminho que se guia o pensamento de Diogo, 22 anos, estudante, que gostava que a União Europeia “tivesse uma visão da saúde mais acentuada e uma EU mais uniformizada ligada à saúde”. A saúde, já em 2024, contava com 29% das preocupações dos inquiridos pelo Eurobarómetro pelo que continua na ordem do dia.

De acordo com Parallel Polis³⁶:

A liberdade digital refere-se aos direitos e liberdades fundamentais dos indivíduos no mundo digital, abrangendo a capacidade de aceder, usar, criar e publicar media digital, mantendo a privacidade e a autonomia.³⁷

Num mundo cada vez mais globalizado, onde a privacidade dos cidadãos se encontra cada vez mais em risco; onde a Inteligência Artificial pode ser utilizada para fins nocivos e pouco éticos e onde várias opiniões são censuradas por aplicações e determinadas redes sociais, as preocupações com a liberdade digital aumentam proporcionalmente. Só em 2024, a UE:

- a. Aprovou o regulamento ‘Transparency and Targeting of Political Advertising –TTPA-’, que conseguiu impor regras para uma maior transparência e segmentação nos anúncios políticos online. O objetivo era melhorar o processo eleitoral e evitar que anúncios políticos financiados externamente influenciassem ou interferissem no processo eleitoral digital;

³⁵ O entrevistado foi questionado se se referia ao estado da saúde em Portugal, ou à saúde europeia e dos cidadãos europeus, ao que respondeu ser no “geral”

³⁶ Polis Paralela é um conceito sociopolítico criado na altura da Guerra Fria por um filósofo e político checo. A ‘Parallel Polis’ é considerada uma referência por isso ser um dos símbolos mais fortes do movimento cripto-anarquista e da liberdade digital na Europa, representando um espaço onde se experimentam novas formas de sociedade fora do controlo estatal. Assim, a ideia moderna da Parallel Polis é formar um espaço livre do controlo bancário e estatal, onde as pessoas podem desfrutar da verdadeira autonomia digital e financeira.

³⁷ Tradução da minha autoria.

- b. Abriu uma investigação contra a META –Facebook/ Instagram-, aquando as eleições europeias por possível violação do DSA (Digital Services Act), alegando que a META não fez o suficiente para prevenir a desinformação externa e estrangeira nas eleições europeias, comprometendo informações e possíveis votos.

Em 2024:

- a. Vários partidos europeus para as eleições europeias de 2024 colocaram, nos seus respetivos manifestos, propostas para incrementar políticas sobre regulação digital, liberdade de expressão online, combate à desinformação –as chamadas ‘*Fake News*’ e proteção de dados;
- b. Nas eleições presidenciais romenas foram anuladas pela *Constitucional Court* por alegações de interferência estrangeira;
- c. Um estudo da Cornell University³⁹ avaliou plataformas de informação durante o ato eleitoral para o Parlamento Europeu em 2024. As conclusões demonstraram que as plataformas não se adaptaram o suficiente para lidar com os perigos e riscos eleitorais digitais, ficando muito aquém e sendo algo que os reguladores conseguem seguramente corrigir.

Desta forma, a liberdade digital é, assim, compreensível estar na preocupação de alguns jovens e a tendência será a manter-se e aumentar.

A Segurança acaba por também não se revelar uma surpresa. As recentes guerras e a instabilidade do mundo em que vivemos não nos tem permitido viver com a tranquilidade e leveza que gostaríamos. A vontade e o desejo pela paz mundial e o equivalente medo de um conflito armado ainda mais grave acaba por potenciar vários votos com vista a aumentar a despesa na defesa e na segurança, assim como ajudar financeiramente os países atacados e em guerra.

Os “Outros” correspondem a temas que foram mencionados, individualmente, apenas por uma pessoa. São exemplos a “*Desinformação*”, a “*Importância da Representação do País*”, a “*Energia*”, a “*mobilidade*”, os “*direitos dos cidadãos*”, a “*educação*”, a “*importância do voto*” e os “*direitos das mulheres*”. A Desinformação é um problema sério do século XXI. As ‘*Fake News*’ muita vezes dificultam a nossa capacidade de avaliar com precisão os factos e induzem-nos em erro. Para Júlia, 27 anos de Coimbra, corrobora este problema, e afirma que “parte da desinformação resulta de uma escolha premeditada de quem usa as redes sociais e acaba por influenciar tanto os mais novos como os mais velhos”, sendo necessário aqui uma intervenção supranacional em mecanismos de *fact-checking*.

³⁹ <https://arxiv.org/abs/2504.06976>

No que toca à importância da representação do país, Inês, 26 anos, de Paços de Ferreira, reitera que a representação deve ser “um reflexo do que faz sentido para o país” e que “todos os partidos falham e ignoram por completo”, pois “trabalham mais para a própria família europeia do que para a representação do próprio país”. Quanto aos direitos dos cidadãos, Diogo, 22 anos, estudante, acrescenta que a “sociedade não pode prescindir da defesa e liberdade dos direitos dos cidadãos europeus”, classificando este tema como emergente e urgente. A educação é vista de forma semelhante à saúde: deve ser o “mais acessível possível a todos”, graças à ação da União Europeia (Diana, 22 anos, Vila Franca de Xira). Já a importância do voto é interpretada por Raquel -nome fictício, 24 anos, advogada-estagiária, natural do Porto- como sendo “igualmente importante como as eleições e por ser um direito”, o que nos permite concluir que a igualdade de direitos é, de facto, um valor importante e que está presente nas camadas mais jovens.

O direito das mulheres também foi mencionado. A frequente associação da extrema direita à diminuição de vários direitos das mulheres, como o aborto, levou Beatriz, 26 anos, Vila Nova de Gaia, a acreditar que a igualdade de género e os direitos das mulheres fossem temas que não devessem faltar, imperativamente, na discussão de ideias das eleições europeias. “No geral, devemos tentar combater certas ideias políticas mais extremistas” (Beatriz, 26, Vila Nova de Gaia).

Tentou-se correlacionar as preocupações dos entrevistados com as suas profissões com o objetivo de analisar se as suas vocações estavam refletidas nas respostas e se seria possível estabelecer uma ligação entre ambas. Para isso, as respostas foram divididas em duas grandes áreas: a área socioeconómica –abarcando os temas da habitação, da economia, da competitividade, da desinformação, da federalização, da energia, do ambiente e da mobilidade; e a área social e humana – completada com a importância do voto, a representação do país, os direitos das mulheres, a imigração, a liberdade digital, a educação, os direitos dos cidadãos europeus e a segurança.

Na primeira área, a socioeconómica, uma diversidade de profissões: jornalista, professora, funcionário público, técnica de operações, estudantes de doutoramento, consultora, estudantes, trabalhadora em ONG e uma pessoa desempregada.

DESCRIÇÃO (PROFISSÃO, IDADE, LOCALIDADE)	PENSAMENTO
Jornalista, 27 anos, Coimbra	Preocupação com a desinformação e habitação (temas ligados à sua área de atuação e esfera socioeconómica).
Estudante Doutoramento, 26 anos, Mirandela	Preocupação com competitividade da União (tema ligado aos impactos económicos que a ausência de competitividade possa ter no seu futuro e carreira).
Professora, 22 anos, Vila Franca de Xira	Preocupação com habitação (tema de relevância socioeconómica e preocupação social que afeta todos).
Funcionário Público, 27 anos, Penafiel	Preocupação com habitação e com o estado da economia. Como parte do setor público, observa como as políticas governamentais e supracionais impactam o mercado de trabalho e os serviços públicos.
Pessoa Desempregada, 25 anos, Lisboa	Preocupação com a economia e o meio ambiente. O desemprego associa-se à economia dado que o crescimento económico e as reformas dos pacotes laborais afetam-na diretamente. O meio ambiente também apresenta uma dimensão económica devido ao crescimento de novas oportunidades de emprego em setores mais sustentáveis.
Técnica de Operações, 26 anos, Vila Nova de Gaia	Apresentou receio com a economia, algo expectável uma vez que lida com o mercado de trabalho e o impacto das políticas industriais.
Trabalhadora em Bruxelas, 22 anos, Bruxelas	Não especificou o seu emprego, por isso não foi possível estabelecer uma correlação significativa e verídica com os dados fornecidos.
Consultora, 27 anos, Aveiro	Classificou o meio ambiente como a sua principal preocupação mas, como não mencionou o ramo da empresa de consultoria que trabalha, não foi possível estabelecer uma ligação clara entre o seu trabalho e as preocupações expressas.
Trabalhadora em ONG, 22 anos, Lisboa	Situação igual à anterior.

Tabela 5 – Correlação entre Profissão dos Entrevistados e o seu Pensamento: Área Socioeconómica

Nas áreas sociais e humanas, encontrámos também uma variedade de profissões como: advogada-estagiária, candidatos a Doutoramento, técnica de operações, trabalhadora em Bruxelas, estudantes, professora, consultora, administrador de sistemas, trabalhadora numa ONG e funcionário público.

DESCRIÇÃO (PROFISSÃO, IDADE, LOCALIDADE)	PENSAMENTO
Advogada-Estagiária, 24 anos, Porto	Mencionou a importância de se mencionar com mais regularidade a importância do voto dos portugueses nos períodos pré-eleitorais, apontando a falta de literacia europeia. Estas questões estão comumente ligadas aos direitos civis e ao bom exercício da democracia, valores naturalmente compatíveis com a sua área de atuação.
Candidato a Doutoramento 26 anos, Paços de Ferreira e; Candidato a Doutoramento, 27 anos, Coimbra	Preocupação a representatividade do país e emigração. Enquanto académicos, demonstram uma grande preocupação com a presença e atuações nacionais nas Instituições Europeias, bem como os desafios da integração dos imigrantes tanto no solo europeu como no solo nacional. Estes temas refletem um compromisso com os direitos humanos e evidenciam uma preocupação com a justiça social e a igualdade em níveis europeus e global.
Técnica de Operações, 26 anos, Vila Nova	Sublinhou a importância dos direitos das mulheres como um tema fundamental e algo que não pode ser negligenciado no período pré-eleitoral. Embora esta preocupação possa não estar diretamente relacionada com a sua profissão, o facto de ser mulher e possivelmente ter experienciado algum tipo de desigualdade de oportunidades ou de caráter salarial no seu ambiente de trabalho, reflete o impacto direto desta questão na sua visão sobre políticas públicas.
Administrador de Sistemas, 25 anos, Queluz	Preocupação com a liberdade digital, o que não é surpreendente dado que a sua área de atuação está intrinsecamente ligada à tecnologia e à proteção da privacidade de cada um, questões essas que estão diretamente relacionadas com a sua maior preocupação (a liberdade digital e a segurança da informação).
Trabalhadora em ONG, 22 anos, Bruxelas	Como não mencionou a sua área de atuação, não é possível estabelecer uma ligação entre a variável e os dados já fornecidos.
Professora, 22 anos, Vila Franca de Xira	Enfatizou a educação como um direito humano fundamental, algo que é, na verdade, a sua profissão, levando-a a desenvolver uma particular sensibilidade por este tema. Além disso, mencionou a imigração, um assunto intimamente ligado às questões de direitos humanos, como outro dos principais temas que considera de grande importância.

Tabela 6 - Correlação entre Profissão dos Entrevistados e o seu Pensamento: Áreas Sociais e Humanas

Assim, ao analisarmos com detalhe as preocupações de diferentes profissionais nas eleições europeias de 2024 conseguimos dividi-las em dois grandes grupos de temas: as áreas socioeconómicas e as áreas humanas. O cruzamento entre estas preocupações e as respetivas profissões relevou padrões interessantes sobre os entrevistados, onde, dependendo das suas áreas de atuação, se demonstraram interessados com diversas questões como a economia, políticas públicas, mercado de trabalho, igualdade de direitos, entre outros.

As áreas socioeconómicas são dominadas por questões como a economia, a competitividade, as políticas públicas, a desinformação, o ambiente e a mobilidade. Foi possível identificar vários profissionais cujas preocupações se alinham com esses temas, estabelecendo conexões claras entre as suas principais áreas de atuação. Isso evidencia como o dia a dia e o contexto profissional de cada indivíduo podem efetivamente moldar as suas preocupações políticas e as suas visões do mundo, influenciando diretamente as suas opiniões sobre os temas que afetam a sociedade.

As áreas humanas, centradas em questões como os direitos humanos, a liberdade digital, a educação, a imigração e os direitos das mulheres, revelaram-se igualmente moldadas pelas profissões dos entrevistados. As conexões entre as preocupações e as áreas de atuação ficaram evidentes, mostrando como temas como a igualdade de género e a cidadania europeia, e os restantes, são efetivamente influenciados pelo nosso contexto profissional.

Em tom de conclusão, todas estas ilações destacam como a experiência profissional pode moldar e direcionar as preocupações políticas e sociais, salientando a importância desses temas no cenário atual.

Em suma, mais do que concluirmos quantitativamente que os assuntos que mais inquietam os jovens ao ponto de votar são a Imigração; o Ambiente e a Defesa e Guerras Mundiais; conseguimos apercebermo-nos que o voto jovem não é homogéneo, e dessa forma todos os fatores pessoais, sociais e ideológicos vistos acima são essenciais para compreendermos o voto e a tendência eleitoral de um jovem individualmente.

Assim, com base nas conclusões que é possível retirar a partir deste grupo de jovens, parece-nos existir uma crescente consciencialização política e dos problemas que a sociedade se tem vindo a deparar.

4.1.3. Quais são as opiniões dos jovens sobre a abstenção da sua faixa etária nas eleições europeias? O que consideram que poderia ajudar a uma maior participação?

Este ponto baseou-se na questão 4.1 “Porque existe, na tua perspetiva, tanta abstenção jovem?” para tirarmos algumas conclusões. Nesta questão, tal como nas anteriores, obteve-se mais do que uma resposta, pelo que o objetivo é perceber se existe, ou não, uma grande parte do grupo que considera x razão/ tema importante para a pergunta.

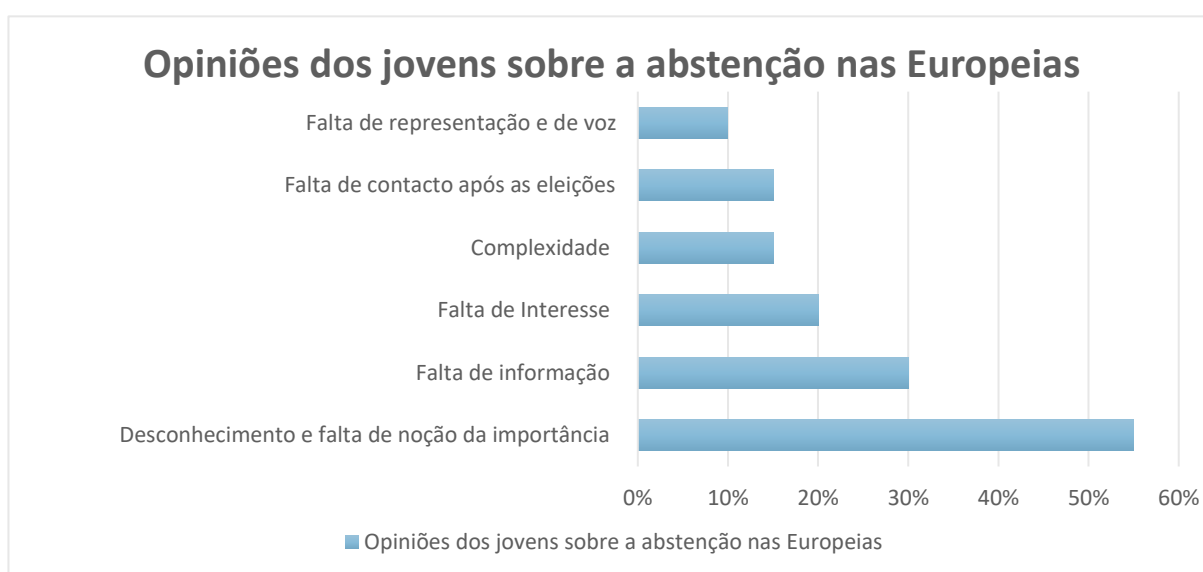


Figura 2 - Opiniões dos jovens entrevistados sobre a abstenção nas Europeias

Onze entrevistados – 55% do grupo - declarou que a principal razão para a abstenção jovem é o “Desconhecimento/ Falta de noção da importância”. Ana, nome fictício, 24 anos, advogada-estagária, considera que “a preguiça, muitas vezes, também é motivo para os jovens não entenderem a importância”. Mariana, 22 anos, Lisboa, sugere que aliado a este desconhecimento e a esta falta de noção da importância das eleições europeias, advém uma falta de “visão de se ser um cidadão europeu”, causando e acusando uma apatia crónica no nosso país. Também João, 25 anos, desempregado, afirma que esta falta de noção da importância das eleições europeias advém de igual forma do desconhecimento do que representam realmente estas eleições.

De seguida, com seis referências, a “Falta de Informação” e a “Falta de Interesse”, assumem o segundo lugar. No que concerne à falta de informação, Mariana, 22 anos, de Lisboa diz que os jovens

portugueses “não estão a par das questões que se debatem” pelo simples facto de que “não temos essa cultura em termos de educação”.

A “*falta de interesse*” pode ser explicada através de vários fatores: ao não compreenderem a importância deste ato eleitoral, por exemplo, é perfeitamente natural que muitos jovens não se sintam motivados a aprofundar os seus conhecimentos sobre o tema, gerando-se um ciclo vicioso. Além disso, a escassez de informações relevantes, como programas televisivos, podcasts e conteúdo *online* sobre as eleições europeias, desestimula bastante os jovens e dificulta o consumo de conteúdos informativos sobre as eleições europeias. João, 25 anos, desempregado, adiciona uma ideia nova relacionada com os jovens que emigram para outros países mais aliciantes que Portugal, considerando que para esses jovens “[o] propósito em votar nas europeias não é muito pois não planeiam ficar”, não acabando por esclarecer se se referia à emigração para países terceiros fora do espaço europeu, ou para Estados-Membros da União Europeia. O que é certo, é que exercer o seu voto em território português, lhe parecia pouco profícuo em qualquer uma das opções anteriores.

Quatro respondentes consideram que a abstenção jovem é justificada também pela sua sensibilidade à ideia de “*corrupção*”, e dão como exemplo o escândalo do ‘QatarGate’⁴⁰. Em seu entender, a corrupção afasta as pessoas da esfera política e contribui para a criação de um fosso entre os representantes e os representados. Nas eleições europeias, os seus resultados são por isso também o espelho do modo como os jovens olham para as próprias ações das Instituições Europeias. Na opinião de Jorge, 19 anos, estudante, “a corrupção leva os jovens a não quererem saber [da política] e afasta possíveis votantes”.

A “*Complexidade*” e a “*Falta de Contacto após as eleições*” foram apontadas por três respondentes como razões igualmente plausíveis para os jovens optarem por ficar em casa e não votar nas europeias.

Alexandra, 22 anos, trabalhadora em Bruxelas, reforça a ideia da complexidade, afirmando que o sistema é “demasiado complexo”, e até “para alguém que estudou essas mesmas matérias é difícil entender a 100%”. Nesta linha sobre a complexidade em entender o funcionamento da UE, Dinis (nome fictício, 20 anos, estudante do ensino superior no Norte) acrescenta que se “quando olhamos para Lisboa já é distante, [para] Bruxelas a distância é ainda pior. Não há sentimento de pertença”.

⁴⁰ O ‘*Qatargate*’ foi um escândalo que envolveu a permeabilidade dos Eurodeputados e funcionários do Parlamento Europeu a lobbies ligados à organização do Mundial no Qatar em 2022, implicando corrupção ativa e passiva ao mais alto nível.

A falta de contacto após as eleições é desencadeada também, na opinião de Duarte, 27 anos, Penafiel, pela “falta de proximidade aos círculos eleitorais dos eleitos” que se mantém após o ato eleitoral. Na mesma linha, João refere que os “eurodeputados não têm expectativas, não são escrutinados por nós nem lhes são apresentadas críticas para melhorar o seu desempenho”.

Por fim, dois respondentes apontam o peso da “*Falta de representação e de voz*”. Diana afirma que “não existem jovens suficientes [entre os candidatos e os eleitos], por isso é impossível sentir-me representada”.

Aproveitou-se a receptividade da maioria dos entrevistados para questionar ainda, no seu ponto de vista “O que se pode fazer para os jovens votarem mais?” (questão 4.2.), dando assim a possibilidade de apresentarem exemplos para uma melhor compreensão do que efetivamente funciona e cativa as suas faixas etárias. Os resultados foram os seguintes:



Figura 3 - Respostas à Pergunta “O que se pode fazer para os jovens votarem mais?”

Para 15 entrevistados (ou seja, 75% dos nossos respondentes) a “*Literacia e educação cívica nas escolas*” são imperativas para fomentar a participação política, dado que “não temos muita educação ligada à UE nas escolas” (Ângelo, 22 anos, Gondomar) e “devíamos tratar o problema de base nas escolas para se começar a entender a importância do voto para mais a frente se ter a consciência de ir votar” (Raquel, 24 anos, Porto).

As sessões de esclarecimento nas escolas, a criação de mais *soft skills* nas escolas e a inserção de uma disciplina mais abrangente que abordasse a literacia económica, o significado de democracia, também são vistas por Beatriz, 26 anos, Vila Nova de Gaia, como mecanismos que podem resultar posteriormente num maior interesse pela política e pelos direitos como o direito de votar.

Inês, 26 anos, Paços de Ferreira, sublinha também que seria crucial mostrar como funciona “a política e praticamente tudo o que depende de diretivas europeias adoptadas por nós”. Também se devia demonstrar “como foi formado o Parlamento Europeu, a sua evolução e como nos afeta”. Seria interessante, de forma semelhante, “mostrar porque existiu o *Brexit* e mostrar o que é a UE e as suas responsabilidades”.

A consolidação de uma maior e melhor “Literacia financeira, cedo” também é incluída. Catarina, de 22 anos, estudante de mestrado e natural de Aveiro, considera que essa literacia nas escolas potenciaria uma menor abstenção entre os jovens, devendo ser continuada com “aulas na faculdade, independentemente do curso” pois ajudaria bastante essa problemática. A literacia financeira é frequentemente vista como um motor para um maior envolvimento em questões financeiras, isto é, uma melhor compreensão na área económica ajuda a perceber como a União Europeia funciona e como tem sido crucial para o nosso desenvolvimento económico e para a nossa coesão territorial e social. Dentro deste mesmo prisma, Diogo, 22 anos, estudante, sintetiza bem esta ideia ao dizer que o melhor seria ensinar o que a “UE faz diariamente por nós”, dando a título de exemplo os financiamentos, os fundos europeus e o seu impacto na nossa sociedade.

Ao cruzamos estes dados com as idades dos entrevistados, observamos que nove destas pessoas têm idades entre 18-24 anos, enquanto que seis delas têm entre 25-27 anos.

Este cruzamento permite-nos destacar que há uma maior preocupação com a falta de educação cívica e literacia sobre a União Europeia nos jovens mais novos, dos 18 aos 24 anos. Isso pode ser explicado pelo facto de muitos ainda terem recentemente concluído o ensino secundário e, portanto, estarem mais conscientes da ausência de conteúdos programáticos durante o ensino básico e secundário que de forma consistente abordem questões relativas à União Europeia. Somado a isso, nestas idades é mais frequente que os jovens ingressem na faculdade ou concluam o primeiro ciclo de estudos superiores, estando mais sensíveis, por um lado, sobre a importância da União Europeia nas suas vidas e na importância de participar nas suas decisões, e, por outro lado, se sintam por isso mesmo mais conscientes para a identificar, com clareza e fundamentação, as limitações da sua anterior formação cívica sobre a União Europeia.

Quatro entrevistados destacam a importância que teria uma maior “*Proximidade dos eurodeputados*”, uma vez que em seu entender a “UE fala para dentro” e os “próprios eurodeputados e instituições deviam dinamizar e descomplicar os processos por exemplo nas redes sociais”, afirmam, respetivamente, Mariana, 22 anos, de Lisboa, e João, 25 anos, desempregado. O problema também recai no facto de que “elegemos nas legislativas um partido em si, nas europeias, elegemos alguém, não um partido e essa pessoa (o eurodeputado) ainda vai ingressar uma outra família política, aumentando o fosso e a distância”. Francisco, nome fictício, de 22 anos e natural da Madeira vai mais longe e defende, por exemplo, que “se devia votar no eurodeputado individualmente em vez do próprio partido”. A distância podia também ser diminuída através de outras abordagens como a criação de “caixas de sugestões dentro das áreas dos diferentes eurodeputados e mensalmente o mesmo ia ver as sugestões dadas fazendo *check* e inspirando-se no que lhe pareceu mais importante”, acrescenta Duarte, 27 anos, Penafiel. Ainda no domínio do online, Jorge, dá o exemplo da publicação diária nas redes sociais como um bom fator de aproximação e comprometimento com os portugueses que elegeram os eurodeputados, relembrando que “é fundamental prestarem contas do trabalho que estão a desenvolver”.

De seguida, três entrevistados responderam que “*Maior transparência nas Instituições*” poderia aumentar a participação dos mais jovens, uma vez que, uma maior transparência e clareza sobre o funcionamento das Instituições, leva a um sentimento maior de pertença, de esclarecimento e, consequentemente, de confiança. Somado a isso, as Instituições podiam criar mais “visitas guiadas ao Parlamento, mais atividades como Congressos” (Ângelo, 22 anos, Gondomar) e fomentar a “participação em debates e eventos que dinamizem a política”, investindo na “educação não formal”. Júlia, de 27 anos, Coimbra, recorre a um pequeno ditado para afirmar que muitos dos esforços das próprias Instituições são “para inglês ver” e que não existe “grande vontade até por parte das Instituições para este auscultamento por parte da sociedade civil.”

Duas outras razões apontadas por dois entrevistados, foram o “*Combate à corrupção*” e uma “*Maior ação dos partidos políticos*”.

O combate à corrupção foi visto, por Jorge, 19 anos, estudante, como um incentivo a “confiar mais nos políticos” e que poderia ajudar as pessoas a votar e a confiar no poder do seu voto. Quanto à maior ação dos partidos políticos, esta foi vista como uma questão que deveria constar na agenda dos políticos pois, como concluiu Duarte, 27 anos, Penafiel, eles só se “lembram da Europa no período pré-eleitoral das eleições europeias”. Assim, uma maior comunicação e desenvolvimento do(s) tema(s) levariam a uma bagagem política mais sólida e, consequentemente, a um maior interesse em votar nas eleições

européias. Como forma de aumentar mais a ação partidária, Jorge relembra a existência e o sucesso da criação de mais “debates e eventos que dinamizem o ato eleitoral, contribuindo com ideias, mais participações não tradicionais e obter aproximações”. Maior comunicação sobre as questões europeias “cabe aos próprios partidos, que são os mais interessados em que haja mais participação” (Francisco, 22, Madeira).

Houve, ainda, a referência à necessidade de iniciar a implementação do voto online, como mecanismo facilitador do envolvimento dos mais jovens. Por sua vez, João, 25 anos, desempregado, introduziu ainda a ideia de se realizar mais referendos, vendo-os como uma boa aposta para o aumento da participação, já que “as pessoas sentir-se-iam mais incluídas ao terem decisões concretas nas suas mãos e não seriam apenas só representadas.”

4.1.4. Se as eleições fossem hoje, os votos destes jovens manter-se-iam?

Baseando-nos na pergunta 2.7. “Votaria igual se as eleições fossem hoje?”, 85% do grupo -17 pessoas- responderam que Sim. Duas pessoas -10%- disseram que dependeria de vários fatores, essencialmente no que dependesse da campanha do partido em questão.

Uma pessoa -5% do grupo- disse não saber uma vez que “votou em branco”. Este voto foi fruto de indecisões causadas pelas próprias campanhas e propostas eleitorais, aclama o entrevistado que preferiu manter sigilo.

De uma forma geral houve um contentamento com a decisão eleitoral e satisfação com a escolha, demonstrando que o voto jovem é, na sua grande maioria, um voto consciente e não impulsivo.

4.1.5. Qual o conhecimento dos jovens no que toca aos nossos eurodeputados?

Foi questionado aos entrevistados quantos eurodeputados portugueses conheciam e os respetivos nomes, caso soubessem.

- Quatro pessoas, ou seja, 20% do grupo, sabiam 0-1 deputado.
- Nove pessoas, ou seja, 45% do grupo, sabiam 2-4 deputados.

- Cinco pessoas, ou seja 25% do grupo, conheciam 5-7 deputados.
- Duas pessoas, ou seja 10% do grupo, conheciam 9-13 deputados.

Existem pontos positivos e desanimadores nestas respostas.

Por um lado, apenas uma pessoa desconhecia qualquer um dos nossos eurodeputados. Os restantes 19 entrevistados dividiram-se entre conhecer bastantes (número máximo de 13) e poucos (número mínimo de 1). Mas, por outro lado, Portugal elege 21 eurodeputados nas eleições europeias e a grande parte dos seus nomes não são lembrados no pré, durante e no pós eleições europeias, o que revela um baixíssimo desconhecimento da dimensão da nossa representação no Parlamento Europeu, assim como uma grande necessidade de trabalho em educar e instruir os nossos jovens sobre a UE e o seu funcionamento.

Ainda assim, estes resultados são bem mais animadores em relação a alguns dados recentes: em 2019, ano de eleições europeias, a revista Sábado avançou uma sondagem da SIC e do Expresso que dava conta que 69% dos portugueses não conseguiam “identificar um único membro eleito por Portugal no Parlamento Europeu ”(Sábado, 2019). Na notícia concluíram ainda que a faixa etária mais jovem, 18-24 anos, é a que menos conseguem nomear representantes para o PE.

Entretanto, um outro barómetro já em 2024, ano do último ato eleitoral para as europeias, da Fundação Francisco Manuel dos Santos indica que num universo de 1107 entrevistas com um erro máximo amostral de 3%, “menos de metade (47,5%) indicam corretamente o nome de um eurodeputado português e identificam o nome da presidente da Comissão Europeia (44,4%)”. O mesmo estudo afirma que em 2016 “Portugal apresentava então uma percentagem inferior de respostas certas à questão sobre a Suíça ser ou não um Estado-Membro (74,1%), assim como à questão sobre o número de Estados-membros da EU (71,2%)”. No ano da publicação deste estudo, “oito em cada dez inquiridos (79,3%) dizem acertadamente que a Suíça não é um Estado-Membro e que a EU tem atualmente 27 membros (76,7%)”.

Ainda que os dados não sejam equivalentes, revela que existe um crescimento razoável a nível de conhecimento da União Europeia em Portugal.

Ao analisarmos o conhecimento dos nossos entrevistados sobre os eurodeputados, notámos também que a distribuição das respostas varia entre as subfaixas etárias.

- Conhecer 0-1 eurodeputado: de um total de quatro entrevistados, três deles eram da subfaixa de 18-24 anos e um da subfaixa de 25-27 anos. Este cruzamento com a variável “*Idade*” sugere-

nos que os mais jovens têm uma menor familiaridade com os eurodeputados, o que comprova a falta de informação e educação política sobre as eleições europeias e questões da União Europeia;

- Conhecer 2-4 eurodeputados: de um total de nove entrevistados, cinco eram da subfaixa 18-24 anos e quatro da subfaixa de 25-27 anos. Aqui observamos um ligeiro aumento no que diz respeito ao conhecimentos dos jovens sobre os eurodeputados portugueses. Observamos também um equilíbrio entre ambas as subfaixas etárias onde o envolvimento político é consciente entre ambos;
- Conhecer 5-7 eurodeputados: de um total de cinco entrevistados, três pertencem à subfaixa de 18-24 anos e dois à de 25-27 anos. Aqui, a situação já começa a ser invertida onde os mais jovens aparentam ter um conhecimento mais aprofundado sobre os eurodeputados;
- Conhecer 9-13 eurodeputados: de um total de dois entrevistados, um pertence à subfaixa de 18-24 anos e o outro à de 25-27 anos. Embora o total de pessoas entrevistadas que conhece um número tão extenso eurodeputados, seja residual, não deixa de ser positivo o facto desse conhecimento não estar restrito a uma sub-faixa etária.

Em suma, embora ainda exista desconhecimento no geral, a verdade é que os jovens entre os 18-24 anos podem estar a começar a aumentar o seu envolvimento e consciencialização políticas no contexto europeu. A subfaixa etária de 25-27 anos apresenta, por sua vez, uma distribuição equilibrada em todos os níveis de conhecimento, o que pode ser explicado por um amadurecimento político previamente já atingido impulsionado por contextos, pela idade, ou por experiências em eleições anteriores.

4.1.6. Qual é o partido mais votado pelos mais jovens nestas eleições europeias?

Ora, como já tínhamos analisado anteriormente, as eleições europeias são o palco perfeito para a representação de partidos de nicho e mais recentes.

Emmy Lindstam afirma que “os partidos de nicho, como os partidos verdes e os partidos de direita radical, recorrentemente obtêm uma melhor performance nas eleições europeias e locais (autárquicas), em comparação com as eleições gerais (legislativas e presidenciais)” (Lindstam, 2019).

Um partido de nicho pode ser definido como um partido que compete em áreas políticas negligenciadas pelos seus rivais (Meyer e Miller, 2015) e, sendo as “eleições europeias consideradas uma eleições nacionais de segunda ordem”(Reif e Schmitt, 1980)”, é normal que os “votantes devam estar mais dispostos a votar em partidos mais pequenos e propensos a votar em modo protesto nas eleições europeias” (Blomback, 2012, p.24).

Os partidos estabelecidos –tradicionais, habituais-podem inadvertidamente ajudar os partidos novos mudando as suas posições a fim de abrir um espaço político para esse mesmo partido político seja criado, mas, mesmo assim, provavelmente tentarão atrapalhar e impedir os novos partidos minimizando a importância da clivagem ou, alterando a sua própria posição para assumir a posição do novo partido.

A esta situação chamamos uma absorção de posições políticas com o intuito de esvaziar um partido de nicho, aglomerando-o num partido de maiores dimensões, tradicional.

Os nossos resultados à questão inicial comprovam a tese de Emmy Lindstam e outros autores: cinco pessoas -25% do grupo- votou na Iniciativa Liberal (IL); cinco pessoas -25% -também votou no Livre (L). Com quatro votos cada -20% do grupo- surgem o Partido Socialista (PS) e o Partido Social-Democrata (PSD). No fundo da tabela surge o Bloco de Esquerda (BE) com um voto e, por isso, 5% de representação do grupo. Obteve-se um voto em branco, logo, 5% do grupo. Cruzando estes dados com a nossa variável *Idade*, concluímos que:

- Na Iniciativa Liberal, um dos partidos mais votados, duas pessoas dos 18-24 anos votaram. Três pessoas da subfaixa etária seguinte -25-27 anos- votou;
- No Livre, três dos respondentes tinham entre 18-24 anos e os outros dois tinham entre 25-27 anos;
- No caso dos partidos de *mainstream*, o PS alcançou três votos de jovens entre os 18-24 anos e o voto de uma pessoa cuja idade se situava entre 25-27 anos;
- No PSD, o equilíbrio manteve-se, com duas pessoas de cada subfaixa a votar no partido.

Assim sendo, é perceptível que na Iniciativa Liberal se aparente atrair jovens de todas as idades mas, com uma ligeira tendência para os mais velhos dentro de toda a faixa etária de um jovem.

O Livre assume um carácter igualmente jovem mas, ao contrário da Iniciativa Liberal, sugere-se que apresente uma atratividade maior para com os jovens mais novos, podendo isso refletir-se nas suas principais preocupações e bandeiras.

No caso do PS, repara-se uma ligeira vantagem do mesmo face ao PSD na subfaixa dos 18-24 anos, o que pode indicar que, dentro de um grupo mais jovem, o PS tem uma maior atratividade.

No PSD, o equilíbrio entre ambas as subfaixas reina, demonstrando obter uma base de apoio mista no que toca às idades.

Podemos considerar, ainda, uma tendência geral para os partidos mais à esquerda (PS e Livre) parecerem atrair mais votos entre os 18-24 anos, enquanto que os partidos mais à direita (PSD mas, essencialmente a IL), sugerem possuir uma base de apoio ligeiramente mais velha, compreendida entre os 25-27 anos de idade.

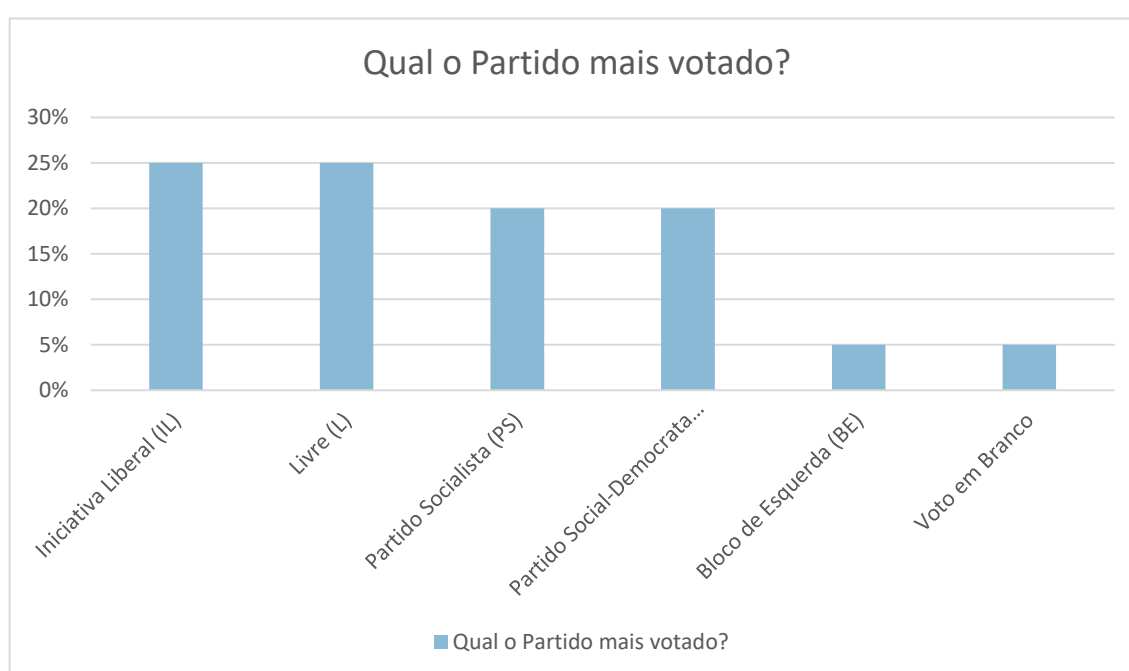


Figura 4 - Perceção dos votos nos partidos políticos nas europeias através de um Histograma

Os partidos Chega (CH); Pessoas Animais Natureza (PAN) e Partido Comunista Português (PCP) não tiveram representação neste grupo.

Não só a renovação de partidos e o entusiasmo com as “lufadas de ar fresco” trazidas por novos partidos no espectro político português resultou com sucesso, como também os então chamados “partidos de nicho” consolidaram a sua importância nas eleições europeias anteriores.

A Iniciativa Liberal aposta no liberalismo, um espaço que não existia ideologicamente em Portugal e que carecia de protagonismo. O Livre abarca temas como as alterações climáticas, energias renováveis, espaços verdes, igualdade de direitos, entre outros pontos fortemente associados à esquerda verde.

Já o Chega, apesar de ser igualmente um partido recente (com os seus inícios em 2019), não parece ter vindo ocupar um espaço não explorado em Portugal. Parece mais alimentar-se do descontentamento da população quanto aos partidos tradicionais e às suas políticas públicas. Ora, esse espaço de descontentamento não corresponde na sua totalidade a um espaço de identidade ideológica mesmo que também albergue pessoas que se reveem efetivamente nos ideais do Chega. Acreditamos que estas razões explicam porque o Chega não obteve um resultado tão animador quanto os restantes partidos de nicho, e mesmo em relação aos seus resultados em outros atos eleitorais. Nas Europeias de 2024, em Portugal os resultados foram:

- PS- 32,08%
- PSD/ CDS-PP/ PPM-PM- 31,11%
- CH- 9,79%⁴⁴
- IL- 9,08%
- BE- 4,26%
- PCP-PEV- 4,12%
- Livre- 3,76%
- PAN- 1,22%

Esta lista apenas atende aos partidos que à época também tinham assento na Assembleia da República.

4.1.7. O que acham os jovens das Instituições Europeias? Qual o seu grau de confiança?

Esta conclusão baseou-se na pergunta 3.4., onde foi elaborada esta questão e pedido para responder com base numa escala de 0 (nenhuma) e 5 (muita, máxima), qual a confiança do entrevistado nas Instituições Europeias (Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Conselho Europeu, Conselho da União Europeia, Tribunal de Justiça da União Europeia, Banco Central Europeu e Tribunal de Contas Europeu).

Dentro desta escala, ninguém disse que possuía pouca confiança em termos extremos: nem a grau 0, nem 1, nem 2.

⁴⁴ Ainda com um resultado bem mais animador face aos outros partidos de nicho, o CH, desce face às eleições legislativas em 18.07% para 9.79%, confirmando a análise de que se trata afinal de um partido de nicho, já que abarca uma miríade de tipos de eleitor dentro de todos os espectros políticos, que nem sempre lhe expressam apoio em todos os atos eleitorais.

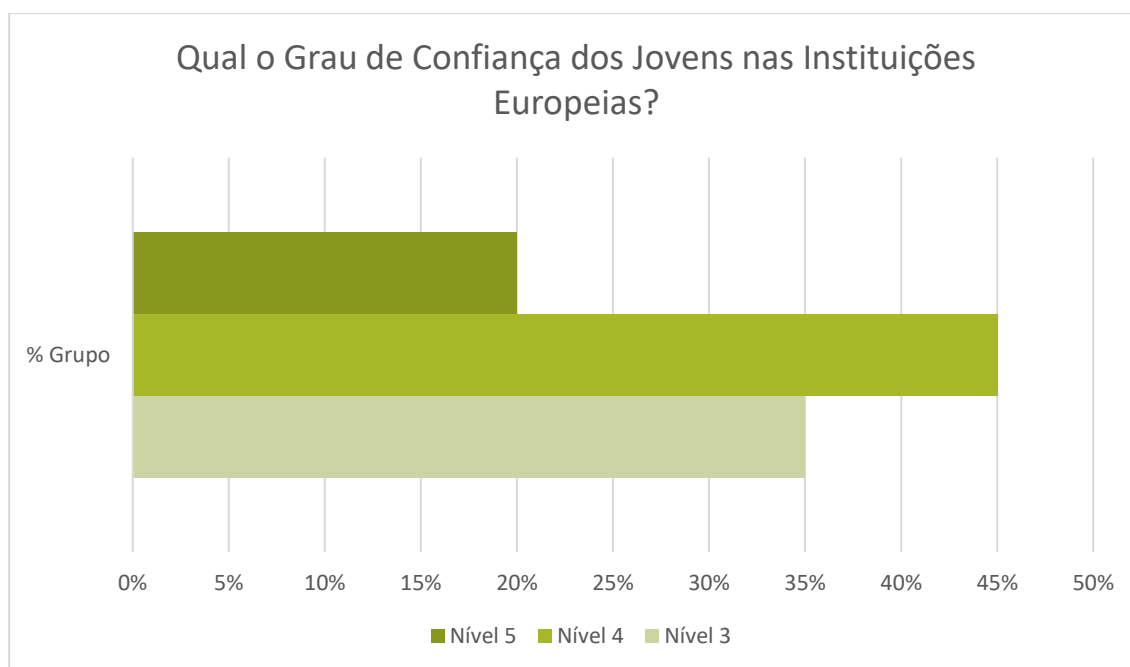


Figura 5 - Percepção sobre o nível atribuído às Instituições Europeias pelos entrevistados

Sete pessoas -35% do grupo- disseram que confiavam nas Instituições Europeias com um nível 3 atribuído.

Nove pessoas -45% do grupo- confiam nas Instituições Europeias a nível 4.

E, quatro pessoas -20% do grupo- têm confiança total (nível 5) nas Instituições Europeias.

Os jovens de 18-24 anos demonstraram ter uma confiança nas Instituições Europeias –entre os graus 4 e 5-: das nove pessoas que disseram confiar nas Instituições a nível 4; cinco delas têm idades compreendidas entre os 18-24 anos; das quatro pessoas que disseram confiar nas Instituições Europeias com nível 5 atribuído, todas elas têm idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos.

Nas idades seguintes, dos 25-27 anos, a confiança existe, mas é mista e menos flagrante: para estes entrevistados não existe uma atribuição de confiança máxima (grau 5). Por outro lado, quatro jovens desta subfaixa atribuíram grau 4 de confiança às Instituições Europeias.

Dito isto, pode ser interessante investigar-se, num hipotético e futuro estudo, porque os jovens mais novos aparentam ser mais otimistas no que toca à Europa, face aos jovens de 25-27 anos de idade. Claro, isso pode ser resultado de experiências pessoais, contextos e exposições distintas face à Europa e aos temas europeus. Também é possível que um jovem de 26 anos tenha começado a confiar plenamente nas Instituições Europeias aos 18 anos e, com o tempo, tenha alterado a sua visão para

uma perspetiva mais moderada ou realista, devido a uma maior vivência e a experiências menos positivas diretamente relacionadas com a União Europeia.

Um recente inquérito do Eurobarómetro, este ano, em 2025 questionou jovens europeus, de várias nacionalidades, qual seria o seu grau de confiança na União Europeia. “52% dos Europeus confiam na União Europeia, o resultado mais alto desde 2007. O nível de confiança mais alto situa-se entre os mais jovens de idades compreendidas entre 15-24 anos (59%).” “52% dos europeus diz confiar na Comissão Europeia, com pontuações particularmente mais altas entre os cidadãos jovens (57%).”⁴⁵

Somado a isso, mais um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos criou um barómetro, em 2024, poucos meses antes das eleições europeias, para determinar e compreender como os portugueses viam as Instituições Europeias. Num universo de mais de 1000 respostas, concluiu-se que “66% dos inquiridos confiam na Comissão Europeia”, que “o apoio e o conhecimento sobre a EU são consistentemente mais elevados em grupos socioeconómicos específicos: os que concluíram o ensino superior, os cidadãos mais jovens que cresceram com a EU, bem como os cidadãos mais velhos que ainda se lembram de Portugal antes da adesão à UE.”

Corrobora-se, assim, a confiança nas Instituições Europeias dos mais jovens.

A pergunta 3.6. também teve algumas conclusões interessantes. À pergunta “justifique a importância (positiva ou negativa) dada às Instituições Europeias”, as respostas foram múltiplas, mas elucidativas.

Catorze pessoas (70%) consideram as Instituições Europeias extremamente importantes pois “*Regulamentam diretivas e grande parte da nossa legislação*”, logo, se “a maior parte é transposto para o nacional”; é natural que consideremos fulcral que “a política europeia esteja alinhada com o nosso Governo” até porque nenhuma política não vem de uma diretiva europeia, consolida Inês, de 26 anos, candidata a Doutoramento e natural de Paços de Ferreira. Júlia, 27 anos, de Coimbra, corrobora dizendo que “as instituições influenciam-nos de todas as formas de forma diária”. Ainda dentro desta questão, Alexandra diz que as instituições europeias “limitam a capacidade de legislação do nosso parlamento e em termos económicos limita as decisões executivas dos nossos governos”, logo, “é fundamental que a política europeia esteja alinhada com o nosso governo”.

Três pessoas (15%) consideraram as Instituições Europeias importantes por observarem que existiu um “desempenho positivo da União Europeia em Portugal”, até porque “nunca se viu nada de negativo. Nunca se viu algo em Portugal que fosse financiado pela União Europeia e que fosse mau”

⁴⁵ Eurobarómetro AICEP Portugal

(Ângelo, 22 anos, Gondomar). Duarte, 27 anos, Penafiel, também tem a percepção que “para o estrato social e a alavancagem portuguesa foi extremamente essencial”, atribuindo um caráter vital à União e à transição democrática portuguesa. A mesma percentagem foi atribuída ao fator “mantêm o diálogo e a coesão entre os Estados-Membros”, responsável pela salvaguarda da “paz entre todos” (Diogo, 22 anos, estudante). Ainda assim, Diana, nome aqui já mencionado, afirma que mesmo olhando para as Instituições Europeias como um feito positivo e visível, é importante que “a política nacional seja mais forte e a europeia apenas um apoio, até porque já a vimos falhar”.

Duas pessoas afirmaram que as Instituições Europeias são importantes para garantir a “competitividade com outros blocos como os EUA e a China” e que “devia melhorar na inovação” (Daniel, 25, Queluz).

Uma pessoa afirmou que as Instituições Europeias são importantes pois são um “garante da voz dos cidadãos europeus” e que “o Parlamento Europeu é o único que consegue representar a voz dos cidadãos da União” (Gonçalo, 23, Matosinhos).

Também com apenas um respondente, João, 25 anos, desempregado, atribui uma importância negativa às Instituições Europeias mencionando fatores como a “corrupção” e o facto de os “eurodeputados não serem escrutinados como os deputados à Assembleia da República são e, por isso, não ouvem críticas sobre o seu trabalho nem melhoram o seu desempenho”.

4.1.8. Qual a importância que os mais jovens atribuem ao Parlamento Europeu?

Esta questão foi baseada na pergunta 3.5, onde se questiona os entrevistados sobre a importância que atribuem ao Parlamento Europeu. Neste caso, tratou-se, tal como a 3.4., de uma pergunta fechada, tendo sido utilizada uma escala de 0 a 5, em que zero é pouquíssima importância, ou nula, e 5 corresponde a importância máxima.

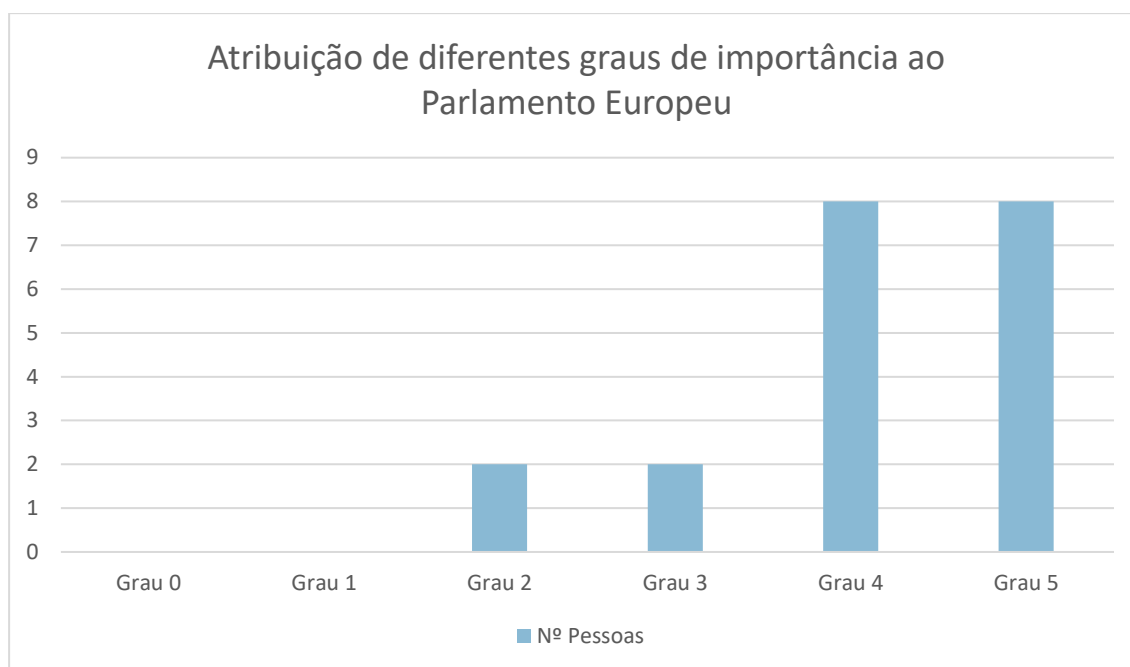


Figura 6 - Qual o grau de importância que os jovens portugueses atribuem ao Parlamento Europeu?

Tal como na pergunta anterior, ninguém atribuiu importância 0 e importância grau 1.

Todavia, aqui já duas pessoas -10% do grupo- concluíram que, para si, o Parlamento Europeu tinha uma relevância de grau 2. Com representação no grau 3 responderam duas pessoas. A considerarem bastante importante (grau 4), consideraram oito pessoas, com 40% do grupo. O grau 5 foi igualmente bastante concorrido com oito pessoas (40%) a considerarem o Parlamento Europeu um órgão extremamente importante.

Ninguém considerou o Parlamento Europeu um órgão prescindível, o que é bastante positivo e demonstra um bom conhecimento da importância do mesmo e das Instituições Europeias.

Um inquérito de 2025, sugere que “66% dos cidadãos da EU desejam que a União tenha um papel ainda mais importante na sua proteção face a crises e riscos de segurança –posição particularmente forte entre os mais jovens”.⁴⁶ Ao cruzarmos estes resultados com a localização geográfica dos entrevistados apercebemo-nos de algumas conclusões reveladoras:

- As pessoas que atribuíram o grau 5 de importância ao Parlamento Europeu (alta importância), um total de oito pessoas, vêm de várias localidades diferentes (Aveiro, Porto, Lisboa, Penafiel, Queluz,

⁴⁶ EP Autumn 2025 Survey

Coimbra, Gondomar e Seia), sugerindo que não há uma localização específica que concentre um número maior de pessoas que atribuam importância alta ao Parlamento Europeu.

- Quanto às respostas de grau 4, este grau é amplamente representado em Lisboa e no Porto –e respetivas áreas metropolitanas-, o que pode indicar que os habitantes das grandes áreas urbanas avaliam a importância do Parlamento Europeu como alta, mas moderada.
- O grau 3, classificado como de importância moderada, é representado por localidades como Matosinhos e Coimbra, sugerindo que o Parlamento Europeu pode ser observado como genérico e demasiado institucional nas áreas fora dos grandes centros urbanos.
- O grau 2, visto como de importância baixa, é representado apenas por uma entrevistada que vive em Bruxelas.

Do observado, o Parlamento Europeu parece ser visto como muito importante não apenas junto dos jovens que residem em grandes cidades, mas também junto dos que residem em cidades demograficamente menos expressivas ou situadas em geografias mais interiores. Somado a isso, nas grandes cidades – Porto e Lisboa - observa-se uma atribuição de importância alta, mas algo moderada, ao Parlamento Europeu, sugerindo certamente uma avaliação mais realista e equilibrada das suas vantagens e desvantagens.

5. CONCLUSÕES

O trabalho teve por principal objetivo analisar o voto jovem nas eleições europeias, com o suporte das eleições europeias de 2024 como caso prático.

Um dos maiores propósitos deste trabalho está em contribuir, mesmo que modestamente, para um crescente interesse no estudo sobre a relação dos jovens portugueses com a política formal, em particular através do voto. Segundo a literatura explorada, os jovens são considerados grandes impulsionadores da mudança (social, política, cultural). Ora, se são agentes de mudança, mais importante se torna perceber como se relacionam com a esfera onde por excelência ocorre a mudança que afeta toda uma sociedade: a esfera política.

A tudo isto acresce um desejo da investigadora em contribuir para um tema que se assume como relevante para a Ciência Política, a saber: afinal, o que inspira, o que motiva, o que pesa na geração à qual pertence na hora de votar em especial nas eleições europeias.

Durante todo este processo procurou-se, com o auxílio das entrevistas semiestruturadas:

1. Perceber se os jovens que já podem votar exercem ou não esse direito;
2. Compreender o que os leva a votar quando essa é a sua decisão; saber em que partido votaram nas eleições europeias anteriores (2024) – para compreender quais os partidos que os entusiasma mais (se de nicho, se de *mainstream*);
3. Compreender se os jovens que já haviam votado nas Europeias de 2019 mantiveram ou não a sua opção de voto nas eleições de 2024, de modo a compreender eventuais razões para a alteração do sentido de voto;
4. Entender quais as suas opiniões quanto às Instituições Europeias, assim como a sua opinião em relação à abstenção.

Algumas perguntas e dúvidas levantadas no início do trabalho foram incluídas nas questões efetuadas nas entrevistas semiestruturadas, pelo que, conseguiu-se com sucesso aglomerá-las no trabalho e, posteriormente, vê-las respondidas no contexto do grupo de entrevistados. Todavia, e atendendo à dimensão do grupo e suas limitações, outras dúvidas colocadas inicialmente como “houve, ou não, uma maior mobilização eleitoral dos jovens nas eleições europeias de 2024 em relação a

eleições europeias anteriores” necessitariam de uma amostra mais alargada, pelo que não foram respondidas.

Ainda assim, e dentro dos dados observáveis, verificou-se que os jovens preferem os partidos como a Iniciativa Liberal e o Livre, demonstrando que os partidos de nicho conseguem crescer efetivamente em eleições de segunda ordem, isto é, nas quais não está propriamente em causa a governação direta do país podendo, como é expectável, que tal se possa traduzir num artefacto do recrutamento e não apenas uma confirmação teórica.

Conseguimos perceber melhor quais são as razões para um jovem votar nas eleições europeias, demonstrando, neste caso, que o carisma de um candidato/líder político é crucial para um bom resultado eleitoral e para a sua provável eleição.

Foi igualmente possível apreender as opiniões dos mais jovens sobre a abstenção e quais podem ser as exequíveis soluções que poderiam ajudar a colmatar a problemática da abstenção jovem. Dentro deste ponto, os jovens nomearam um leque de razões que afastam a sua geração das urnas, e conseguiram dar contributos bastante interessantes para incentivar os abstencionistas. Muitas outras conclusões foram retiradas e meticolosamente feitas para dar corpo a este trabalho, assim como para constituir um bom contributo à nossa democracia.

Todavia, é certo que muitas conclusões –se não, a sua vasta maioria- são determinadas, como já aqui referido, através de um universo de jovens bastante limitado pelo que não representa os jovens como um todo.

Para uma próxima investigação, seria pertinente continuar esta análise sobre os comportamentos eleitorais dos jovens portugueses, não só em período eleitoral, como também em período não eleitoral. Somado a isso, não só as eleições europeias merecem a nossa atenção face aos comportamentos jovens, também as eleições presidenciais, as eleições legislativas e as eleições autárquicas requerem o nosso estudo e a nossa vontade de compreender as motivações e as aspirações eleitorais jovens.

Ora, é certo que em muitas campanhas eleitorais –de todo o seu tipo (europeias, presidenciais, legislativas e autárquicas) vemos os próprios candidatos e/ou cabeças de lista a apresentar mandatários jovens, manifestos jovens, e a tentar ao máximo apresentar um público jovem para demonstrar ao exterior o seu compromisso com a juventude e todas as suas inquietações. Tais soluções resultariam na sua plenitude se o objetivo final fosse efetivamente ouvir os mais jovens e não passar a mensagem que ouvem os mais jovens.

Os jovens são, por vezes, utilizados por partidos políticos e/ou políticos individuais para passar a imagem de que estão a ser incluídos e ouvidos pela esfera política. É preciso, de forma séria e real, ouvir as inquietações dos jovens, compreender o que efetivamente estimula o seu voto e, até mesmo, ouvir as suas propostas e contributos. Claro que ninguém fala de ouvir única e exclusivamente os jovens e as suas preocupações, mas como este trabalho já veio demonstrar, estarmos atentos aos jovens, aos seus comportamentos eleitorais, à sua inovadora –por vezes- forma de pensar, aos seus contributos e pensamentos pode, de alguma forma, não só preparar-nos para uma possível viragem política, como também nos poderá permitir a fazer política de uma forma muito mais inclusiva e saudável.

Esta investigação procurou também, de uma certa forma, dar palco às vozes que muitas vezes são esquecidas e procurar preencher a lacuna que é ouvir o que os jovens pensam.

Para uma futura investigação, recomeçando o tópico anterior, considero frutífero continuar, através de um grupo bem mais alargado e díspar entre si, a procurar preencher esta lacuna e analisar cada vez mais e cada vez melhor esta faixa etária.

Assim sendo, considero importante que se verifique se, ao atingirmos um maior número de entrevistados, todos os resultados se mantêm e se representa os jovens como um todo ou se este grupo desta investigação se trata apenas de um pequeno nicho que se alterará proporcionalmente com o aumento do grupo e, consequentemente, com um aumento da singularidade individual de cada um. Este, certamente, será um desafio bastante interessante para umas próximas investigações. Acrescido a isso, vivendo nós num mundo global e no pico da globalização, existem episódios nacionais e internacionais quase diariamente que certamente moldam a opinião dos jovens e o seu sentido de voto em determinada eleição.

Ocorrências internacionais como eleições internacionais; a Guerra Rússia-Ucrânia; o Conflito Israelo-Palestiniano; o Conflito no Médio Oriente; a captura de Nicolás Maduro pela administração Trump; a ameaça feita por Donald Trump à Gronelândia, entre tantos outros conflitos existentes e que ainda irão decorrer; determinarão as perspetivas dos jovens e fá-los-á alterar (ou reiterar) o seu voto. Esta mudança é muito importante inclusive para entendermos como é que a geração jovem lida com a instabilidade no mundo e quais são os seus pontos de vista sobre a mesma.

Em suma, este trabalho de investigação procurou analisar a conduta dos jovens nas eleições europeias de 2024, responder a algumas questões sobre a mesma e criar uma certa proximidade intelectual entre a ciência e os jovens.

6. Referências Bibliográficas

- Adams, J., Clark, M., Ezrow, L., e Glasgow, G. (2006). Are Niche Parties Fundamentally Different from Mainstream Parties? The Causes and the Electoral Consequences of Western European Parties' Policy Shifts, 1976-1998. Em *American Journal of Political Science* (pp. 513–529). Midwest Political Science Association.
- AICEP Portugal Global. (2025). Eurobarometer shows record high trust in the EU. <https://www.portugalglobal.pt/en/news/2025/may/eurobarometer-shows-record-high-trust-in-the-eu/>
- American Psychological Association (2010). Aging & Socioeconomic Status <https://www.apa.org/pi/ses/resources/publications/age>
- *Annual Report / 2010*. (2010). <https://www.youthforum.org/files/Annual20Report202010.pdf>
- A review of european and national elections results (2019). https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2019/review-of-european-and-national-election-results-2019/incoming_ep_2019.pdf
- Bartels, L. M. (2000). Partisanship and voting behavior, 1952–1996. *American Journal of Political Science*, 44(1), 35–50.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Polity Press.
- Belchior, A. M., e Heyne, L. (2024). *Barómetro da Política Europeia* [Relatório]. Fundação Francisco Manuel dos Santos. https://ffms.pt/sites/default/files/2024-05/Barometro-PoliticaEuropeia_0.pdf
- Blombäck, S. (2012). *A theoretical framework for analyzing the electoral fate of new political parties in the European Parliament* [Working paper]. University of Gothenburg. https://www.gu.se/sites/default/files/2020-04/1370207_sofie-blomb-ck_12.3.pdf
- Bogdan, R. C.; Biklen, S. K. (1994) *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à Teoria e aos métodos*. (M. J. Alvarez, Trad.). Porto Editora.
- Brites, M. J. L. (2011). O papel das notícias na construção da participação cívica e política dos jovens em Portugal: Estudo de caso longitudinal (2010–2011) [Tese de doutoramento Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/10383>
- Brites, M. J., (2015). Jovens e culturas cívicas: por entre formas de consumo noticioso e de participação. *Pesquisas em Comunicação*. http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/39998/1/MJB_%5b2015%5d_jovens_culturas_civicas.pdf.
- Camilo, D. (2019). 69% não sabe o nome de nenhum eurodeputado português. Sábado. <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/sondagem-69-nao-sabe-o-nome-de-nenhum-eurodeputado-portugues>
- Castilho, F. P. de. (2024). Uma perspectiva histórica do Euroceticismo: as vozes contrárias ao regionalismo Europeu. *Observatório de Regionalismo*. <https://observatorio.repri.org/2024/08/05/uma-perspectiva-historica-do-euroceticismo-as-vozes-contrarias-ao-regionalismo-europeu/>
- Castro, E. de, e Oliveira, U. T. V. (2022). A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. *Entretextos*, 22(3), 25–45. <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/46089/48619>
- Coelho, P. (2024). Quase 80% dos jovens portugueses quer votar nas Europeias: é o segundo valor mais alto entre os países da União. *Expresso*. <https://expresso.pt/geracao-e/2024-05-17->

quase-80-dos-jovens-portugueses-quer-votar-nas-europeias-e-o-segundo-valor-mais-alto-entre-os-paises-da-uniao-cc815629

- Costa, P., Magalhães, P., Costa, E., Menezes, I., Silva, P., e Ferreira, P. (2022). *A participação política da juventude em Portugal: Relatório síntese* (Gulbenkian Studies) [Relatório]. Fundação Calouste Gulbenkian. <https://ciie.fpce.up.pt/pt/resources/a-participacao-politica-da-juventude-em-portugal-relatorio-sintese>
- Dahlgard, J. (2018). Trickle-Up Political Socialization: The Causal Effect on Turnout of Parenting a Newly Enfranchised Voter. *American Political Science Review*. 112. 1-8.
- de Vries, C. E. (2018). *Euroscepticism and the future of European integration*. Oxford University Press.
- Downs A., (1957). *An economic theory of democracy*. Harper & Row
- Duarte, R. (2002). *Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, N° 115
- Durães, M. (2024). Três quartos dos jovens portugueses têm uma visão polarizada da política — e mais à direita. Público. <https://www.publico.pt/2024/07/01/p3/noticia/tres-quartos-jovens-portugueses-visao-polarizada-politica-direita-2095570>
- European Commission, Directorate-General for Education and Culture. (2013). *European youth: Participation in democratic life* (Flash Eurobarometer 375). https://ec.europa.eu/assets/eac/youth/library/reports/flash375_en.pdf
- European Commission. (2009). *Special Eurobarometer 320: Post-electoral survey 2009* (Wave 71.3). TNS Opinion e Social. https://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/28_07/EB71.3_post-electoral_final_report_EN.pdf
- European Commission. (2024). Standard Eurobarometer 101: Public opinion in the European Union. Directorate-General for Communication <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3632>
- European Commission. (2024). Flash Eurobarometer 545 – Youth and democracy. Brussels: European Union. Retrieved 11 04, 2024, from <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3181>
- European Commission. (2023). Standard Eurobarometer 98: Public opinion in the European Union. Directorate-General for Communication. <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2872?ref=demdis.sk>
- European Parliament, Directorate-General for Communication, Youth Outreach Unit. (2025). *Youth survey 2024* (Flash Eurobarometer FL013EP) [Report]. European Union. https://cdn.edupedu.ro/wp-content/uploads/2025/02/Youth_Survey_2024_FL013EP_report_en.pdf
- European Parliament. (2019). Eurobarometer 91.5: Post-election survey 2019 — Executive summary. European Union. <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2019/post-election-survey-2019-complete-results/executive-summary/pt-post-election-survey-2019-executive-summary.pdf>
- European Parliament. (2025). Survey confirms Europe's citizens want the EU to protect them and act in unity. European Parliament News. <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20250317IPR27385/survey-confirms-europe-s-citizens-want-the-eu-to-protect-them-and-act-in-unity>
- Freire, A. (2005). *As eleições europeias em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ghigliione, R., e Matalon, B. (1993). *O inquérito: teoria e prática*. Celta Editora..
- Graham, P. (2004). Charisma. <https://paulgraham.com/charisma.html>

- Grasso, M., e Giugni, M. (2021). Intra-generational inequalities in young people's political participation in Europe: The impact of social class on youth political engagement. *Politics*, 42(1), 13-38.
- Grasso, M., e Smith, K. (2021) Gender inequalities in political participation and political engagement amongst young people in Europe: Are young women less politically engaged than young men? *Politics* 42(1): 95-127
- Grasso, M. (2018). Young people's political participation in times of crisis. In *Young People regenerating politics in times of crisis*. London: Palgrave Macmillan
- Haman, M., & Skolnik, M. (2024). *Who Would Chatbots vote for? Political Preferences of ChatGPT and Gemini in the 2024 European Union Elections*. Ar.Xiv.org <https://arxiv.org/abs/2409.00721>
- Hooghe, M., & Stiers, D. (2020). *Political discussion begins at home : Household dynamics following the enfranchisement of adolescent children*. KU Leaven, Faculty of Social Sciences
- *IL agarrou diplomados e jovens, que largaram o Chega*. (21, junho 2024). Expresso ; Expresso <https://iscte-iul.pt/assets/files/2024/06/21/111743650.pdf>
- Inglehart, R. (1997). *Modernization and post-modernization: Cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton University Press.
- Inglehart, R., e Welzel, C. (2005). *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge University Press.
- JEF Europe e Make.org. (2024). Discover the final report of the EurHope initiative. Make.org. <https://about.make.org/articles-en/discover-the-final-report-of-the-eurhope-initiative>
- Jennings, M. K., & Niemi, R. G. (1968). *The transmission of political values from parent to child*. *American Political Science Review*, 62(1).
- Jurs, P.& Samusevica, A. (2016). *Pedagogical-psychological regularities of civic education and civic engagement* (pp. 583-593). In ICLEL Conferences (Ed.), *Proceeding of the ICLEL International Conference on Lifelong Education and Leadership for All*. Sakarya University Faculty of Education.
- Lindstam, E. (2019). Why do 'niche parties' perform so well in European and subnational elections? *Democratic Audit*. <https://www.democraticaudit.com/2019/09/05/why-do-niche-parties-perform-so-well-in-european-and-subnational-elections/>
- Macedo, S. (2005). *Democracy at risk: How Political Choices Undermine Citizen participation, and what we can do about it*. *Brookings Institution Press*.
- Magalhães, P., Sans Moral J., (2008). Os jovens e a política. *Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa*.
- Máximo-Esteves, L. (2007). *Visão panorâmica da investigação-acção*. Porto: Porto Editora.
- Meguid, B. M. (2005). Competition between unequals: The role of mainstream party strategy in niche party success. *American Political Science Review*, 99(3), 347–359.
- Meguid, B. M. (2008). *Party competition between unequals: Strategies and electoral fortunes in Western Europe*. Cambridge University Press.
- Memoli, V. (2016). Unconventional Participation in time of crisis: How ideology shapes citizens' Political Actions. *Partecipazione e COnflitto* . <https://doi.org/10.1285/i20356609v9i1p127>
- Meyer, T. M., e Miller, B. (2015). The niche party concept and its measurement. *Party Politics*, 21(2), 259–271. <https://doi.org/10.1177/1354068812472582>
- Milner, H. (2002). *Civic literacy: How informed citizens make democracy work*. University Press of New England
- Norris, P. (2004). *Young People & Political Activism*. Harvard University, pp.14-16 John F.Kennedy School of Government
- Pais, J.M. (2005). *Jovens e Cidadania*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 53-70

- Palomar i Baget, J. (2024, June 10). 2024 European elections: Who are young Europeans voting for? The Conversation. <https://theconversation.com/2024-european-elections-who-are-young-europeans-voting-for-232058>
- Parallel Polis. (n.d.). Digital freedom. <https://parallelpolis.info/t/digital-freedom>
- Parlamento Europeu. (2024). *Resultados eleitorais de 2024 (2024–2029)*. <https://results.elections.europa.eu/pt/resultados-eleitorais/2024-2029/>
- Pordata. (2024). *Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://www.pordata.pt/portugal/taxa+de+abstencao+nas+eleicoes+para+o+parlamento+europeu+total++residentes+em+portugal+e+residentes+no+estrangeiro-2209>
- PORDATA. (2024). *Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Recuperado em 29 de janeiro de 2026, de <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/eleicoes/eleicoes-europeias/taxa-de-abstencao-nas-eleicoes-para-o-parlamento-europeu>
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York: Simon e Schuster.
- Quivy, R., e Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reif, K. e H. Schmitt (1980). "Nine Second-Order National Elections: A Conceptual Framework for the Analysis of European Election Results." *European Journal of Political Research* 8(1): 3-44.
- Ribeiro, N., Neves, T., & Menezes, I. (2016). *Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses*. Repositório Aberto Universidade do Porto <https://hdl.handle.net/10216/108220>
- Ribeiro, A. B., e Menezes, I. (2013). Participação cívica e política dos jovens europeus: Alienação ou tempos de mudança? In J. A. Palhares e A. J. Afonso (Orgs.), *O não-formal e o informal em educação: Centralidades e periferias: Atas do I Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação / III Encontro de Sociologia da Educação* (Vol. 1, pp. 68–73). Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação, Universidade do Minho. https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/09/Atas-ICICSE_III_ESE_Vol-I.pdf
- Rogers, E. M. (1983) *Diffusion of innovations*. New York: The Free Press Collier Macmillan.
- Rosenstone, S. J., e Hansen, J. M. (1993), *Mobilization, Participation, and Democracy in America*.
- Sagnier, L., & Morell, A. (2021). *Os Jovens em Portugal, hoje*. Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Santos, J., e Pequito Teixeira, C. (2024). A reforma do sistema eleitoral como alavanca para a participação política dos jovens. Público. <https://www.publico.pt/2024/08/27/opiniao/opiniao/reforma-sistema-eleitoral-alavanca-participacao-politica-jovens-2101935>
- Serrano, G. P. (1994). *Investigación cualitativa I – Retos e interrogantes: Métodos*. Madrid: La Muralla S.A.
- Silva, M., Fernandes-Jesus, M., Loff, M., Nata, G., & Menezes, I. (2022). *A Participação Política da Juventude em Portugal: a participação política de jovens vista por dentro*. Fundação Calouste Gulbenkian <https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-05-final.pdf>
- Sullivan, J. L., & Transue, J. E. (1999). The psychological underpinnings of democracy: a selective review of research on political tolerance, interpersonal trust and social capital. *Annual Review of Psychology*, 50

- Smets, K., e Van Ham, C. (2013). The embarrassment of riches? A meta-analysis of individual-level research on voter turnout. *Electoral Studies*, 32(2), 344–359. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2012.12.006>
- Taft, J.K. (2011). *Rebel Girls: Youth Activism and Social Change across the Americas*. New York University Press.
- Trivinos, N. S. A. (1987). Introdução em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Van Deth, J. W. (2001). Studying Political Participation: Towards a theory of everything? Joint Sessions of Workshops of the European Consortium for Political Research, Grenoble, France
- Verba, S., & Nie, N. H. (1972). *Participation in America: Political democracy and social equality*. University of Chicago Press.
- Verba, S., et al (1995), *Voice and Equality: civic voluntarism in American Politics*, Cambridge, Harvard University Press
- Schlozman, K. L., Verba, S., & Brady, H. E. (2012). *The Unheavenly Chorus: Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy*. Princeton University Press.
- Schlozman, K. L., Verba, S., & Brady, H. E. (2005). *Inequality in Political Participation and Civic Engagement*. In A. S. Zuckerman (Ed.), *The Social Logic of Politics: Personal Networks as Contexts for Political Behaviour*. Temple University Press.

OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: DISSERTAÇÕES

- de Sá, V. D. P. L. (2022). *Os jovens portugueses e o Parlamento Europeu: Uma análise do seu conhecimento e envolvimento na política europeia*. Lisbon School of Economics & Management.

7. ANEXO I

QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

QUESTIONÁRIO

Identificação Inicial

Caracterização sociodemográfica:

1. Homem/ mulher/ outro
2. Idade
3. Grau de Escolaridade
4. Breve secção sobre Associativismo:

Associativismo

1. Pertence ou pertenceu a alguma associação?
 - De estudantes
 - Juventude partidária ou partido
 - Grupo recreativo e cultural
 - Grupo desportivo
 - Grupos de voluntários
 - Outros (como Escuteiros, grupos da igreja ...)

BLOCO 1 - QUESTÕES DO COMPORTAMENTO ELEITORAL:

PERGUNTA 1.A

Votou nas últimas eleições europeias de 2024?

PERGUNTA 1.B

Se **sim** Sente-se confortável em dizer em qual partido votou, ou se se sente mais confortável em não

Se **não** Porque não votou nas europeias?

BLOCO 2- APENAS PARA QUEM RESPONDER SIM NA 1.A E 1.B

PERGUNTA 2A

- 2.1 Votou nesse mesmo partido nas europeias anteriores
- 2.2 Se votou em outro partido, o que levou a essa mudança?
- 2.3 Votou nesse partido em alguma eleição anterior?
- 2.4 Que aspetos diria que foram determinantes na sua decisão de votar?
- 2.5 E que aspetos em particular o levaram a votar no partido XX?
- 2.6 O que viu de distinto nas suas propostas eleitorais?

PERGUNTA 2B

Consideraria voltar a votar no partido em que votou nas últimas europeias se estas se realizassem hoje?

PERGUNTA 2C

O partido em que votou elegeu eurodeputados?

Sim

Não

Não sabe

Independentemente da resposta, perguntar:

2.1 Sabe quem são os eurodeputados portugueses? Consegue dizer os nomes de alguns?

2.2. Tem seguido a atividade dos eurodeputados eleitos pelo partido que escolheu? (para quem responder, sim elegeu)

2.3 Conhece o tipo de trabalhos realizados pelos eurodeputados no Parlamento Europeu?

2.4 Como avalia a performance dos deputados portugueses no Parlamento Europeu?

PERGUNTAS 2D (para quem não votou)

2.1. Quais as razões principais para não ter votado nas Eleições Europeias?

2.2 Se as eleições europeias fossem hoje teria feito uma opção diferente? Qual?

2.3 Apesar de não ter votado, segue a atividade dos eurodeputados portugueses?

a) Se sim, como avalia a sua prestação no Parlamento Europeu?

b) Se não, porquê?

BLOCO 3- ELEIÇÕES EUROPEIAS E INSTITUIÇÕES EUROPEIAS- PERCEÇÕES

PERGUNTAS 3A

3.1 No seu entender, que temas são ou devem ser mais relevantes nas eleições europeias?

3.2 Como avalia esses temas? Diria que são temas fraturantes na sociedade portuguesa ou europeia?

3.3 Em que medida diria que esses temas, fraturantes ou não, são relevantes para a sua própria vida?

3.4 - Numa escala de 0 a 5 em que 0 é nenhuma e 5 muita, qual diria que é o seu grau de confiança nas Instituições Europeias?

Grau de Confiança nas Instituições Europeias					
0	1	2	3	4	5

3.5 - Numa escala de 0 a 5 em que 0 é nenhuma e 5 muita, qual diria que é a importância que atribui ao Parlamento Europeu?

Grau de Confiança no Parlamento Europeu					
0	1	2	3	4	5

3.6 – Em seu entender, como justifica o grau de importância que atribui às Instituições Europeias?

BLOCO 4. PERCEÇÕES SOBRE A ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES EUROPEIAS, SOBRE A PARTICIPAÇÃO JOVEM E PROPOSTAS PARA MAIOR PARTICIPAÇÃO POLÍTICOS DOS JOVENS

PERGUNTAS 4A

- 4.1 - Em sua opinião, porque se abstêm tantos jovens nas eleições europeias?
- 4.2 De que forma, em seu entender, se poderia levar os jovens a votar mais nas eleições europeias?
- 4.3 Para além do voto, deveríamos estar a considerar outras formas de participação política? Quais?
- 4.4 Considera que outras formas de participação política a nível europeu poderiam ser mais eficazes do que o voto? Porquê?

OBS:

Jovens dos 18-27 anos

Margem para obter o primeiro voto dos 18 anos e a margem dos de 27 anos para abranger um possível voto nas eleições de 2019. Procurou-se diversificar atendendo à idade, residência, ocupação, e nível de escolaridade.